

A Defeza Nacional

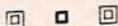
REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

ANNO I

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1914

Nº 12

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompêo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.



SUMMARIO

EDITORIAL

Uma lição de historia. Despertemos ou seremos victimas...

PARTE JORNALISTICA

O serviço militar obrigatorio.....	Cel Tasso Fragoso.
Uma boa medida.....	Major R. Seidl.
Lei de promoções.....	Capitão H. Seixas.
Sociedades de tiro.....	2º Tte Newton Cavalcanti.
O esclarecimento pela infantaria..	1º Tte Souza Reis.
O jogo da guerra entre nós.....	2º Tte Barbosa Monteiro.
Reflexões.....	2º Tte F. Paula Cidade.
Os symbolos nacionaes.....	Tte João Marcellino.
Themas de tiro para a artilharia de campanha.....	Capitão Lima e Silva.
Ensino da avaliação de distancia ..	1º Tte E. Leitão de Carvº

NOTICIARIO

Serviço de sapa em campanha — Novos regulamentos
— O raid Biarritz-Pariz — Uma explicação — Expediente.

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

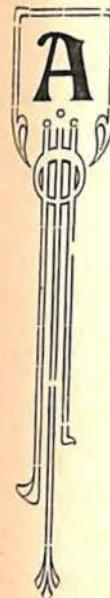
Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 12

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1914

Anno I

EDITORIAL



AGUERRA que neste momento assola as velhas nações da Europa e que, com a ponta da espada, vae rompendo os tratados e despedaçando as convenções—dictados no tempo de paz pela solidariedade humana, e desfeitos na guerra pela ambição da victoria —lançou sobre o mundo civilizado uma violenta impressão de espanto e de dôr.

A commoção intensa que, na hora presente, assoberba todo homem civilizado, offuscando-lhe o pensamento, ainda não deixa ver com clareza toda a grandeza cruel desta lição da historia.

Encerrada a guerra turco-russa em 1877, as nações européas haviam entrado n'um periodo de paz, sob cujos auspicios tomaram um espantoso incremento todos os ramos da actividade humana, produzindo essa poderosa industria moderna, que o commercio mundial põe em circulação no bojo dos transatlânticos.

Ao lado do progresso material, que trouxe cada vez mais conforto ao homem civilizado, o espirito humano se alcandrou aos pincaros da gloria, abrindo á sciencia novos horizontes, roubando á natureza seus mais esquivos segredos, imprimindo ás artes um fulgor novo, resuscitando a metaphysica e explorando veiões abandonados de velhas philosophias.

Foi nesse ambiente propicio de inteligencia e cultura, sob as caricias fecundas d'uma intensa civilisação, que desabrochou a flôr preciosa da *Paz universal* !

Profundos espiritos de todas as nacionalidades pintaram com as côres sombrias da desgraça, os horrores da guerra, entoaram hymnos á paz e, espancando as trevas onde os interesses fomentam a lucta entre os homens, mostraram o caminho da *Terra promettida*...

Estigmatisaram os armamentos. Condemnaram a Guerra.

E o proprio Csar da Russia, sob o influxo das doutrinas correntes, convocou a 2^a conferencia da paz, em Haya.

E quando se desperta desse sonho de *paz universal*, é sob o fragor das armas em lucta, n'uma guerra de extermínio entre os grandes pioneiros da civilisação ! E os utopistas de todos os credos, lançando um olhar estupefacto sobre a humanidade do seculo XX, reconhecem-na a mesma que, sob a couraça romana, destruiu Carthago !

E' fecunda essa lição da historia e, mesmo entre os embates das paixões que assoberbam o mundo na hora presente, já se pode d'ella ir tirando algumas consequencias e mostrando qual a sorte das nações que não cuidam seriamente da defesa de sua soberania...

A ninguem deve ter espantado o clarão de incendio que a guerra ateou na Europa. A conflagração das potencias constitui desde alguns annos o espantalho do mundo e no começo do verão de cada anno

representava o thema obrigatorio das cogitações de todos os homens com responsabilidades no concerto europeu.

O desenvolvimento assombroso dos recursos das nações, crescendo, impoz naturalmente a necessidade de uma expansão económica para o exterior. D'ahi, essa terível lucta pelo predominio económico, através d'uma concorrência commercial sem tréguas, que, acirrando os odios, suscitando prevenções nos paizes que se sentiam batidos pelos esforços pacíficos do labor de outros povos, foi creando esses formidaveis armamentos de terra e mar, considerados como garantia do logar já conquistado no grande certamen do mundo, e como base para conquistas novas.

De outro lado, as competições políticas, o desejo de predominio e influencia no concerto europeu e fóra delle, desejo aliado ao pensamento pertinaz da desforra de revézes soffridos, foram incitando os povos e os governos a cada vez mais se preparam para a lucta que todos sentiam fatal.

O estado enervante que esse regimen gerou na Europa, encontrou a principio um derivativo na conquista de colônias e foi sob este estímulo que o mundo assistiu á tomada da Tunisia, de Madagascar, da Conchinchina, do Congo, de Marrocos pela França: á conquista da Erytréa e de Tripolis, pela Italia; a posse da Africa oriental e occidental e do Camerum, pelos allemaes, tudo em detrimento do poder mundial da Inglaterra.

Mas as nações que não tomaram parte na conquista dos povos fracos e dos latifundios africanos, e as que foram mal aquinhoadas na repartição do acervo, quizeram compensações na propria Europa, estendendo sua influencia política sobre povos de raças semelhantes ou diversas, em busca de portos ou de mercados!...

Esse estado de coisas fez crescer ainda mais os armamentos, de anno para anno, na mesma proporção que os *stocks* das fabricas e as tonelagens das marinhas mercantes.

E a despeito da propaganda de doutrinas philosophicas e das campanhas pacifistas pregadas por poderosos espíritos, pugnando tenazmente por sublimes utopias, a guerra foi se tornando cada vez mais inevitável, devido em parte mesmo aos progressos derivados da paz!

Quaesquer que sejam as novas fronteiras que a espada victoriosa trace no mappa da Europa, as nações que se formarem sobre os escombros fumegantes das potencias ora em lucta, esgotadas pela guerra, precisarão, para se refazerem, de maior ou menor convalescência, mas não poderão fugir ao regimen do serviço militar obrigatorio.

As nações victoriosas, estimuladas pelo exito da guerra e impellidas pela necessidade de conservar os fructos de suas victorias, interessarão em suas glórias as futuras gerações e firmarão no orgulho nacional as bases de sua preponderancia política.

As nações vencidas, muito mais profundamente esgotadas, levarão mais tempo a se reerguerem, mas alimentarão no íntimo o desejo da desforra, o qual as conduzirá á preparação militar de todos os seus homens validos.

E, a não ser para as que forem victimas do fim tristissimo da Polonia, o poderio militar resurgirá e fará novamente a sua ascenção até uma nova crise.

Deslocar-se-ão talvez os centros productores e de intercambio commercial e em torno dos quaes gravitam as grandes marinhas mercantes e de guerra, mas quando refeitas da lucta as nações começarem a produzir de novo, em grande escala, generos que não consomem, resurgirá a conquista dos mercados e — ai dos povos que nessa época ainda não tenham consciencia de suas responsabilidades e possam servir de derivativo á expansão insaciavel dos fortes!

E' preciso, por isso, ser tambem forte.

Mas, ser forte o que é? E' por acaso, ter grandes *stocks* de armamentos e manter no papel centenas de mil homens?

Não. Ser forte é orgulhar-se do passado e ter consciencia do que se quer para o futuro. E' fazer repousar a soberania nacional no coração dos povos e tornar os homens capazes de assegurar com efficacia a independencia nacional.

As guerras não são mais feitas por exercitos e sim pelos povos. A victoria é dos que sabem o que querem e estes são os que na paz pensaram na patria e se sacrificaram por ella.

As mais generosas utopias estão sendo calcadas aos pés pelos grandes exercitos da Europa, e os destroços do *Direito Internacional* só serão salvos, tintos de sangue, por aquelles que tenham *força* para lhes dar vida...

Precisamos despertar a consciencia da nação e indicar-lhe o futuro que o destino nos offerece. Não nos devemos contentar de sermos *um povo fraco* que vive sobre-saltado com os acontecimentos mundiaes, temendo, pela nossa fragilidade, o sacrificio de nossa soberania.

Nós temos todas as condições para sahirmos desse papel humilhante e perigoso de testemunha impotente para evitar os perigos que ameacem a Patria, procurando amparo nas incertezas doutrinarias do pan-americanismo.

Guiemos a infancia para a escola e ensinemos-lhe as glorias dos nossos antepassados, conquistadas na paz e na guerra, despertando nella o orgulho da nacionalidade. Cultivemos-lhe os musculos com a *gymnastica* e lhe daremos, assim, audacia e confiança em si.

Façamos a instrucção primaria obrigatoria.

Ensinemos aos jovens robustos o manejo das armas e façamos-lhes provar as durezas da vida militar e assim lhes desenvolveremos o espirito de sacrificio que a defesa da patria exige. Reunamos pelo

culto da bandeira os filhos dos estrangeiros que cooperam para o nosso desenvolvimento, e despertaremos nelles o sentimento da nacionalidade. E essa amalgama de homens com meias-patrias tomará uma forma definitiva votando ao Brazil dedicação e patriotismo.

Executemos o serviço militar obrigatorio.

Lembremo-nos que vivemos no seculo XX e que ocupamos oito milhões e meio de kilometros quadrados das mais ricas e melhores terras do mundo. Lembremo-nos que somos uma raça mal conceituada de inferioridade, sobre a qual pesa a qualificação deprimente de *fraca*.

Despertemos, ou seremos victimas...

A Argentina, com a quarta parte da nossa populaçao e com uma porcentagem muitas vezes superior de estrangeiros, executa desde ha muitos annos o serviço militar obrigatorio e incorpora todos os annos contingentes de conscriptos ao exercito e á marinha, resolvendo ao mesmo tempo dois problemas capitales: a formação da nacionalidade e a robustez dos homens. E como a Argentina, o Chile.

Os Estados Unidos da America do Norte dão, dia a dia, á sua marinha um maior desenvolvimento, assegurando assim a protecção do seu commercio e de suas conquistas territoriales.

Como collaboramos nós no ideal pan-americano?

Com a fraqueza, esperando a protecção dos fortes.

Leitura

O Serviço Militar Obrigatorio

Agora que a guerra européa repercutindo tão fundamente entre nós obriga os poderes publicos a cortes profundos nos orçamentos, é mais do que nunca opportuno pôr em execução o serviço militar obrigatorio.

Todos os poderes são unanimes em assinalar os dispêndios exagerados a que, sem poder, nos atiramos, e são especial-

mente as classes armadas que se vêem mais accusadas de pesarem demasiadamente na balança orçamentaria. E todos os annos, sentindo que o Exercito gasta de mais para a sua pouca efficiencia, o Congresso pensa em lhe reduzir as despezas, mas justamente de modo a inutilizar-lhe o seu valor para a guerra: diminuindo o numero de soldados, em vez de cortar nas instituições inuteis, que sobre elle pesam, e de *baratear* o soldado.

Já nestas paginas mostramos, no nosso primeiro numero, que o Exercito *tal como está organizado* precisa de um effectivo de 53.081 homens, para que suas unidades tenham existencia real e se possa ministrar instrucção á tropa com proveito para os officiaes. E indicamos que só tinhamos dois caminhos a seguir: manutenção de um grande exercito permanente de tropas de primeira ordem, dispendioso e sem reservas; ou o serviço militar obrigatorio, se quizessemos realmente dotar a nação com um *exercito nacional*, pequeno e bem instruido, em torno do qual se grupasse a *nação em armas*, quando a defesa da patria chamasse os reservistas ás fileiras.

Esta segunda solução, adoptada por todos os países que não dispõem de grandes riquezas é a que se nos impõe, porque, além de robustecer os homens e lhes desenvolver o civismo, prepara grandes reservas com pequena despeza.

O soldado mercenario que hoje temos, pouco em numero e mau em qualidade, é um *profissional* e como tal procura tirar da profissão o maximo resultado para si; é um soldado caro.

O conscripto sorteado vem se instruir durante um anno ou dois no manejo das armas, para prestar efficazmente serviços de guerra quando a Patria o exigir; elle só terá, além do alojamento, alimentação e vestuario, uma pequena gratificação para asseio do corpo e dos uniformes. E' um soldado barato.

Meditem os nossos Congressistas sobre os factos que se desenrolam no scenario europeu e encarem o futuro do Brasil como o vão fazendo as outras nações da America.

Offerecemos á sua leitura as modificações propostas á lei do sorteio pelo Snr. coronel Tasso Fragoso e por este distincto official apresentadas aos generaes Dantas Barreto e Mena Barreto, quando ministros da guerra.

Damos em seguida o prefacio do notável trabalho, que, por ter sido elaborado ha mais de tres annos, talvez soffresse hoje alguns retoques do proprio autor.

Leitura

Quando se medita, embora perfunctoriamente, sobre nossas instituições militares, não se pôde deixar de reconhecer com a maxima evidencia que nossos esforços, embora dispendidos com o maior interesse, não acarream os resultados beneficos que seria lícito esperar d'elles. Essa visão da realidade ainda mais se avigora quando contemplamos outras repúblicas sul-americanas, com especialidade a Confederação Argentina. De facto, este grande paiz mostrou-nos de ha muito que o serviço obrigatorio e os pequenos exercitos permanentes são o unico meio racional e fecundo por que um paiz sem ambições guerreiras deve aparelhar-se para defender a sua integridade, enquanto soprar na terra esse vento incoercível de insanía. São tão grandes e convincentes os proveitos que ella tem colhido com o sistema de encorporar todos os annos cerca de 12.000 mancebos ao exercito e 2.000 á marinha e de instruir os durante doze meses naquella corporação e vinte e quatro nessa, que já hoje nenhuma voz ousa levantar-se á beira do Prata contra o serviço obrigatorio; todos reconhecem no exercito e na marinha escolas de educação moral e physica da mocidade, tanto mais uteis quanto é certo que a Argentina é um paiz cuja população cresce a custa da corrente immigratoria e que é por vezes no seio das tropas de mar e terra que os filhos dos immigrantes afirmam de modo catégorico e solemne a sua nacionalidade definitiva, grupando-se em torno do pavilhão azul celeste e cantando as inspiradas estrofes do hymno de Maio.

Gracias a isso pode a Argentina contar hoje mais de 100.000 homens instruidos nas fileiras da tropa e promptos a constituir um exercito respeitável de primeira linha.

Um testemunho inconcusso de quanto affirma depara-nos o facto do Congresso Argentino haver decretado ultimamente, um novo alistamento, feito pelos mesmos órgãos militares a que está confiado o recenseamento para o exercito, isto é, de haver estabelecido como base de toda a vida cívica e política a caderneta de alistamento para o serviço militar obrigatorio.

Para mim só ha, no Brazil, um problema militar urgente e inadiável: a *implantação do serviço militar obrigatorio*. Ao lado delle tudo o mais é secundario. Nenhuma questão organica pôde ser enfrentada com proveito, antes que elle tenha solução radical. Qualquer reforma, por mais brilhante que se nos desenhe, levada a cabo antes de iniciado o modo digno e racional de colher materia prima para as nossas instituições armadas, estará destinada a malogro infallível, pois representará construção prematura, desprovida do indispensavel alicerce.

O ministro que incorporar ao exercito o primeiro contingente de sorteados, prestará um serviço extraordinario ao paiz, resgatará de um lanço as nossas faltas no passado e de um lanço nos recollocará no posto que nos compete na America do Sul, sobre cobrir-se de gloria invejável.

**

Sei que v. ex. está deliberado a pôr em prática o sorteio, e por isso tomo a liberdade de apresentar algumas modificações que julgo útil introduzir na lei n. 1860, afim de tornal-a verdadeiramente exequível e proveitosa. Entrego-as como modesto subsidio a que v. ex. poderá recorrer, se o julgar conveniente, quando tiver de melhorar a sobredita lei.

Por amor da clareza vou dar aqui alguns esclarecimentos sobre a orientação que segui nesse trabalho:

Como sabe v. ex. o recrutamento para o exercito e a marinha faz-se hoje nas nações civilisadas mediante o serviço obrigatorio. Nas em que as verbas orçamentarias não permitem a incorporação de toda a classe apta para o serviço, tira-se desta *por sorteio*, o contingente que é possível instruir. O modo de colher no seio do paiz os mancebos que attingem a idade legal para o serviço das armas, reduz-se a um mecanismo simples: Divide-se o territorio em tantas zonas quantos são os grandes grupamentos orgânicos de seu exercito permanente (corpos de exercito ou divisões), depois cada zona destas em outras menores, correspondentes ás subdivisões das grandes unidades (divisões ou brigadas) e prosegue-se em geral na fragmentação do territorio até as zonas de batalhão (caso da Argentina), cada uma das quaes fica habitualmente compreendendo uua ou varias das ultimas divisões administrativas do paiz (municípios, partidos, etc., etc.) Desse modo se consegue ter toda a superficie territorial dividida em tantos fragmentos ou porções quantos os batalhões do exercito permanente. Dando a cada um delles o numero de um desses batalhões, estabelece-se como se diz em mathematica, uma correspondencia biunívoca entre cada zona de batalhão e o batalhão de que ella leva o respectivo numero. Cumpre áquelle fornecer o pessoal necessário para este e mais o que lhe competir dar, na divisão proporcional do contingente, ás unidade das outras armas e á marinha. Tal é o sistema adoptado na Argentina por imitação, mais ou menos fiel, do que se pratica na Alemanha. A' testa dessas subdivisões territoriaes estão officiaes do exercito permanente (as vezes tambem reformados), cuja missão é preparar *in loco* todos os elementos necessarios ao recrutamento e á mobilisação.

Infelizmente esses principios geraes não estão formulados de modo claro na actual lei do sorteio. Procurarei por isso estabelecel-os, pelo menos em suas linhas geraes, creando primeiro a zona de divisão, depois desta o *distrito militar* e finalmente nesta circumscripção o *distrito de recrutamento*. Só previ commandantes especiaes para os distritos militares. Dada a vastidão de nosso paiz, a deficiencia de suas vias de comunicação e seu fraco povoamento, reputei indispensavel concentrar o serviço em cada Estado mediante um orgão especial e permanente — o *commando do distrito militar* com o encargo exclusivo de centralizar os trabalhos de recrutamento e mobilisação dentro do Estado.

Pela lei actual cabe ás juntas de revisão efectuar o sorteio de qualquer classe. Julguei, porém, mais pratico e acertado entregar essa tarefa ao proprio exercito e por isso estabeleci que o sorteio será realizado, como na Argentina, nos quartéis geraes das divisões, por uma

comissão especial presidida pelo commandante da divisão.

Minha idéa, como verá v. ex., é em synthese a seguinte:

Cada municipio forma um districto de recrutamento e conta uma junta permanente, composta quasi toda de civis. Cabe a esta junta o recenseamento, (durante os meses de Junho e Julho), dos mancebos que attingem a idade legal para o serviço. As relações que ella elabora são remetidas ao commandante do districto militar, para serem presentes á junta da revisão. Esta funciona na capital do Estado, sob a presidencia desse commandante e tem por missão rever, durante o mez de Setembro, os alistamentos dos municipios, conceder isenções e elaborar a lista definitiva dos que devem figurar no sorteio. De posse destas listas e sabendo quantos conscriptos necessita o exercito e a marinha, pôde o governo lançar a sua ordem de convocação, distribuindo o contingente pelos diferentes municipios, proporcionalmente ao numero de alistados de cada um. Nada então se torna mais facil do que ordenar, até por telegraphma, á cada divisão, que realise no dia 1º de Novembro o sorteio dos conscriptos que a sua zona deve fornecer em vista da divisão do contingente. Ficarão assim dois meses (Novembro e Dezembro) para os trabalhos preparatorios da incorporação, a qual se effectuará no mez de Janeiro.

Como resalta do exposto, fiz no regulamento actual um minimo de retoques. Pensei a principio implantar logo exactamente o regimen europeu, subdividindo as zonas de divisão em zonas de brigada, e estas em zonas de regimento, e estas em zonas de batalhão; mas, desisti da idéa quando verifiquei não ser possível conseguir isso sem romper os actuaes laços administrativos do paiz. Por outro lado tambem pesou em meu espirito a reflexão de que a sub-divisão regional só visa por emquanto entre nós facilitar a seleção dos mancebos, e que a distribuição do contingente, sendo proporcional ás populações, sempre se chegará ao mesmo resultado fragmentando o territorio do maior para o menor, quaesquer que sejam os nomes dados e até certo ponto as extensões dos elementos intermediarios.

As difficuldades da divisão territorial fizeram-se logo notadas na delimitação das zonas de divisão. O ideal seria fixar cinco zonas de população quasi igual, sem romper a unidade dos Estados e a continuidade do territorio. Mas conninguem conseguirá. (1)

Depois de varias tentativas, fixei-me nestes grupamentos :

1ª zona de divisão :		População em 1910
Amazonas, Acre, Pará, Maranhão, Piauhy e Ceará.....	2.377.900	
2ª zona de divisão :		
Rio Grande do Norte, Parahyba, Per- nambuco, Alagoas e Sergipe	2.948.800	

(1) Os argentinos luctaram com identicas difficuldades. As suas 5 regiões militares contam as seguintes populações:
 1ª região 1.190.000
 2ª região 1.740.000
 3ª região 1.550.000
 4ª região 1.035.000
 5ª região 847.000
 6.362.000

A ultima região ou a do norte é menos populosa, como aliás era de prever.

3^a zona de divisão :

Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal..... 3.945.300

4^a zona de divisão :

Minas Geraes e Goyaz..... 3.849.700

5^a zona de divisão :

Matto Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul..... 4.196.800

**

Reduzi a um anno o tempo do serviço no exercito permanente o a dois na marinha. Esse periodo me pareceu sufficiente para instrucção militar num paiz sem aspirações imperialistas e é sem duvida o que nos faculta obter no mais curto prazo o maior numero de brasileiros adentrados para a mobilisação. Por outro lado tambem se me afigurou proveitoso facilitar a acceptação do sorteio, tornando patente aos futuros conscriptos que projectamos retel-os em serviço o minimo de tempo, harmonisando da melhor maneira os interesses pessoaes delles com os defensivos e economicos do paiz.

Simplifiquei a lei actual quanto a voluntarios, reduzindo-os a dois typos : o *normal*, tal como o recebemos hoje em nossas fileiras, e o *especial*. Tendo em consideração a resistencia que os moços da burguezia ainda hoje offerecem ao serviço obrigatorio, por lhe desconhecerem as vantagens praticas e recearem grande perda de tempo para os estudos durante a permanencia sob bandeiras, facultei-lhes a incorporação num periodo de trez mezes, sob a forma de voluntario especial.

Obriguei-os todavia a pertencerem durante um anno a uma sociedade de tiro e a prestarem um exame de habilitação no momento de ingresso ás fileiras. Desta arte infiltrei mais energia ás nossas sympathicas sociedades de tiro e lhes ratiqüei a missão de verdadeiras collaboradoras do exercito,

Desses voluntarios especiaes, educados no tiro civil, sairão provavelmente em grande parte, como na Argentina, os nossos jovens officiaes de reserva. Nada formulei, porém, quanto ao modo definitivo de recrutal-os pois creio *premature* legislar sobre o caso quando ainda não conseguimos instruir uma só das classes de reserva. Em vez de erigir desde já em officiaes inumeros individuos, melhor é proceder com a maxima circumspecção e esperar que o sorteio comece a produzir seus effeitos beneficos, salvo se quizermos apenas substituir o quadro ridiculo dos officiaes da Guarda Nacional por outro mais ou menos equivalente. (2)

Em quanto se implantar o sorteio, o Estado Maior terá tempo de estudar a materia com a necessaria calma e de lhe buscar a melhor

Estabeleci regras precisas para a distribuição do contingente entre os districtos de recrutamento (municípios). Na Argentina practica-se essa operação em duas phases successivas : na primeira o

ministerio da guerra reparte o contingente pelas 5 regiões militares (zonas de divisão), proporcionalmente ao numero de alistados de cada uma; na segunda o commandante da divisão distribue, pelo mesmo principio de proporcionalidade, a fracção que lhe cabe pelos agrupamentos inferiores.

Dada a nossa inexperiencia no assumpto, achei melhor concentrar por emquanto essas operações numericas no Ministerio da Guerra, de modo a serem feitas sob a inspecção directa da primeira autoridade do exercito.

Tratei em capitulos especiaes da incorporação e do licenciamento, permitti que o governo retardasse no maximo por dois mezes a saída da classe a licenciar. Guiou-me nisso pela seguinte ponderação: se dispensassemos toda a classe instruida antes de receber a nova, ficariam as unidades de tropa por demais reduzidas e o governo desprovido da força material indispensavel. Convém, por conseguinte, licenciar parcelladamente: uma primeira turma antes da nova incorporação e a outra depois. Para evitar esse inconveniente, peculiar ao serviço militar de um anno, accudiu-me a idéa de fazer duas chamadas, uma em Janeiro e outra em Julho, mais ou menos como o Chile. Lembrei-me, porém, de que mesmo neste paiz se clama contra o systema e se pede a derogação dele, sob o fundamento justo de que exige dois periodos de instrucción num mesmo anno, o que sobremodo fatiga os officiaes dos corpos de tropa.

**

Opino que devemos rerver a composição de nossas unidades, convertendo em 5 divisões as 5 brigadas estrategicas e reforçar o effectivo dos corpos pela suppressão de elementos inuteis e até injustificaveis. Como num caso de guerra exterior teremos de mobilizar mais de 100.000 homens e nossas brigadas se converterão em divisões, melhor é dar-lhes desde agora o nome que lhes corresponderá nessa conjunctura. Com os actuaes recursos orçamentarios, isto é, com 24.893 homens, poderemos formar quando muito os nucleos de 5 divisões. (3)

**

O individuo menos versado em questões organicas, percebe logo, meditando na composição de nosso exercito, que contamos unidades superabundantes, porque são *phantasmas*, como dizem os franceses, e não instrumentos de defesa ou de aggressão.

Na cavallaria, por exemplo, é fóra de duvida não dispormos de recursos para constituir 17 regimentos, taes como elles devem ser. A Argentina, embora possuidorá de grande abundancia de forragens e animaes, não teve animo de formar senão 9 regimentos; nós levamos nossa ambição quasi ao dobro (17) e a mais 12 pelotões especiaes, esquecendo-nos que a fatalidade das cousas poria um freio, como de facto poz, á nossa phantasia. De resto pergunta-se: Para que servirão esses 12 pelotões de estafetas e exploradores? Para o serviço de exploração e segurança immediata da

(2) Suprimi intencionalmente da lei a denominação, *Guarda Nacional*, porque entendo que não se deve galvanisar um cadaver.

(3) O effectivo na Argentina em 1911 attinge 24.367 homens, ou quasi precisamente o nosso. Não será descabido lembrar que ella gastará este anno cerca de 36 mil contos com seu exercito.

brigada? Mas para isso já se projectou e creou o regimento que lhe está associado. Será apenas para o serviço de transmissão de ordens? Parece demasiado luxo pensarmos já nestes órgãos secundários, faceis de conseguir em qualquer momento, se ainda não possuimos o numero preciso de combatentes, isto é, de soldados de cavalaria, propriamente ditos. Creio, pois, que fundir esses pelotões nos 5 regimentos das brigadas, compondo todos os regimentos de cavalaria com 4 esquadrões, como sempre os tivemos nos ultimos tempos e como os tem a Argentina, é medida urgente e de summo proveito.

Na engenharia nada justifica 17 pelotões especiais. Urge trasformal-os todos em mais um ou dois batalhões da arma. É preferivel ter estes ultimos a varias unidades minusculas mal instruidas e apparelhadas.

Quanto á infantaria, penso que devemos imitar a Alemanha e o Japão, dando a cada brigada (ou antes divisão) duas brigadas de dois regimentos de 3 batalhões cada uma, em vez de 3 regimentos como actualmente. Não precisamos crear logo, mesmo porque o não permittiriam os nossos recursos orçamentarios, todos os batalhões do regimento; contentemo-nos com um, ou (no maximo) 2 batalhões.

Para um caso de mobilisação, poderia o Estado Maior prever no seu plano o reforço de cada divisão com mais uma brigada de infantaria de reserva, de modo a dar a cada divisão tres brigadas.

A volta ao typo que reputo normal não oferece nenhuma dificuldade. Temos 9 batalhões na brigada: tomemos 8 e façamos com elles 4 regimentos de 2 batalhões e 2 brigadas a 2 regimentos. Só nos ficará faltando um batalhão em cada regimento para attingir a formula desejada. O pessoal do 9º batalhão será aproveitado para reforçar os demais. Talvez conviesse (e eu não hesitaria em fazel-o) ter por emquanto um só batalhão em cada regimento. Uma dessas unidades numerosa e bem provida de officiaes é mais proficia á instrucção do que *dois esqueletos*.

Convém revêr as companhias isoladas e reduzil-as ao menor numero possivel.

Julgo tambem excessivo o numero de unidades de artilharia. Se estivesse em minhas mãos reduziria os regimentos montados a 2 grupos de 3 baterias de 4 peças e suprimiria os batalhões de posição e as baterias isoladas sem objectivo definido, (como o do Rio Grande, por exemplo) ou desnecessarios por guarnecerem pontos sem importancia ou de obras absoletas e ineficazes (forte de S. Luiz do Maranhão). Todo o pessoal seria utilizado para augmentar o effectivo, diminuto, até quasi ridiculo, de certas unidades da arma, com especialidade dos regimentos montados.

Para resumir: Creio que a brigada estrategica deve tranformar-se em divisão e contar duas brigadas de infanteria de 2 regimentos de 3 batalhões cada um e um regimento de cavalaria de 4 esquadrões, além das outras unidades já previstas.

**

Eis quanto desejava dizer a v. ex. com relação a este assumpto. Si, porém, v. ex. não achar judiciosos meus alvitres, nem por isso

será inaproveitavel com respeito ao sorteio; bastará substituir em certas partes do projecto o vocabulo *divisão* pelo vocabulo *brigada*, e ficará respeitada a composição organica em vigor. De-mais, conforme já declarei, a todos esses detalhes sobreleva no meu fraco entender a questão capital, isto é, a implantação immediata do sorteio, unica medida de salvação para o exercito e sobretudo para a marinha.

Junto aqui, a titulo informativo, as condições de tiro impostas na Republica Argentina aos individuos que aspiram a obter uma reducção do tempo de serviço de 12 mezes a 3 e aos reservistas das diferentes classes.

(Continúa)

Augusto Tasso Fragoso.

Tenente-Coronel

Uma boa medida é sem dúvida a estabelecida na marinha norte-americana: a de obrigar todos os officiaes até ao posto de vice-almirante inclusive, ás provas de resistencia physica, mencionadas em o numero anterior desta Revista.

E tão recommendavel é tal medida destinada a verificar a capacidade physica dos officiaes que em França já se trabalhára para adoptal-a, e na Belgica já é condição indispensavel para a promoção a official superior e a general.

Em artigo publicado no *Paiz* de 14 de Julho de 1910, tomei a liberdade de apresentar um esboço de lei de promoção cujas caracteristicas principaes visavam a impossibilitar o filhotismo nas promoções por merecimento e a afastar do serviço activo os officiaes incapazes physica e intellectualmente do exercicio da profissão.

Como o assumpto está agora em discussão, talvez não seja de todo inutil reviver aquelle meu esboço.

Eis os seus traços principaes:

1º — Fazer a promoção por merecimento no Exercito e não em cada arma separadamente (e conviria que a porporção de merecimento para antiguidade fosse de 1/6 e não como presentemente).

2º — Classificar a officialidade competente em quadros abertos e distribuila, segundo as necessidades, nos seguintes servicos: a) infantaria, b) cavalaria, c) artilharia de campanha, d) artilharia de posição, e) artilharia technica, f) engenharia de campanha, h) engenharia technica, i) estado maior, j) carta geographica, k) magisterio militar.

3º — Instituir no concurso quatro or-

dens de provas: a) de educação physica profissional (esgrima, natação, equitação e tiro ao alvo); b) de resistencia physica, consistindo em quatro ou cinco marchas diárias de 60 kilometros para os officiaes montados e 30 para os officiaes das armas a pé; c) de preparo theorico profissional, demonstrado pela resolução de themes tacticos sobre a carta; d) de capacidade de commando, comprovada pela resolução no terreno, e com tropas, no effectivo maximo, de themes tacticos apresentados no decurso da prova de resistencia.

4º — Para o preenchimento das vagas no serviço de estado-maior, o concurso comprehenderia, além das quatro especies de provas especificadas, a apresentação de um trabalho original sobre um assumpto tactico ou estrategico (por exemplo: o estudo analytico de uma batalha ou de uma campanha); devendo o assumpto ser designado por sorte.

5º — O concurso para o provimento das vagas nos serviços technicos de engenharia, artilharia, no da carta geographica e no do magisterio, limitar-se-ia ás provas theoricas e praticas concernentes ás respectivas especialidades.

Esta era a minha idéa em 1910. Agora, depois de ler o artigo publicado no ultimo numero d'A Defeza, com o titulo *A aptidão physica dos officiaes*, acho que devemos instituir provas annuaes de resistencia, afim de termos no serviço activo sómente officiaes em condições physicas de revelar actividade no serviço.

As provas que eu proponho são de natureza a não deixar margem ao arbitrio nem ao favoritismo, e a necessidade de arrostar as provas physicas obrigar-nos-ia a cuidar com mais attenção da nossa educação physica, de que, em geral, tanto nos descuidamos.

A nossa profissão não exige sómente comprovada moralidade e preparo intellecual, mas tambem grande vigor physico e dahi a necessidade das provas annuaes.

Rio 24/8/1914.

Major R. Seidl.

LEI DE PROMOÇÕES

(Continuação)

A lei de promoções do Exercito, bai-xou com o Dec. n. 1351, e a sua regulamentação, com o de n. 1388, o primeiro

de 7 e o segundo de 21, tudo de Fevereiro de 1891, ambos elaborados e entrando em execução, poucos dias antes da promulgação da Constituição que tem a data de 24 do mesmo mes e anno.

Ora, a Constituição Federal, em uma de suas partes, na *Declaração de Direitos*, que é incontestavelmente a mais importante porque ahi está a base de todo o edificio politico e consagra as verdadeiras conquistas da democracia, estabeleceu em seu artigo 72 § 2º a egualdade de direitos, determinando: «*Todos são iguaes perante a lei*»; e acrescentou mais: «*A Republica não admite privilegio de nascimento, desconhece fóros de nobreza, e extingue as ordens honorificas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os titulos nobiliarchicos e de conselho.*»

Firmado assim esse principio democratico, todos os cidadãos, devem viver sob o mesmo regimen do direito e nestas condições, o Estado deverá tambem zelar e contribuir de modo que esse regimen jámais possa ser violado.

No meio militar, portanto, a lei estabelecendo com egualdade um principio certo de acção, firmando e limitando os encargos, traçando de modo preciso as obrigações dos diversos individuos, consagra tambem aquelle preceito constitucional, e como tal deve ser acatada.

Vejamos pois, se debaixo deste ponto de vista, a actual lei de acesso, satisfaz a esse *desideratum*.

Segundo vimos acima, a lei de promoções em seus artigos 11 e 12, tratando do intersticio e da antiguidade, diz, que, aquelle constará de dois annos para o acesso de um posto a outro, e este determinando, que a antiguidade para a promoção, será contada, a dos officiaes arregimentados, sómente pelo tempo de serviço efectivo de fileira, e a dos de corpos especiaes, pelo exercicio efectivo de qualquer commissão ou cargo no Ministerio da Guerra, exceptuando *unicamente*, as licenças para tratamento ou restabelecimento de ferimentos recebidos em combate ou desastre ocorrido em acto de serviço.

Assim, a lei n. 1351 de 7 de Fevereiro de 1891, nesta parte, está de acordo com o § 2º do artigo 72 da Constituição Federal, porque collocou todos os officiaes em egualdade de condições.

A regulamentação, porém, desvirtuou completamente o espirito dessa lei, per-

mittindo em seu artigo 1º, a contagem de tempo para *todos os effeitos*, o decorrido em funcções não militares, tales como, o de mandato electivo, missões diplomáticas e outras, burlando assim a salutar disposição, que assentava já, em princípios de verdadeira equidade.

Estes dois decretos, entretanto, são anteriores à Constituição, como vimos.

Dias após, porém, a 24 de Fevereiro, tivemos a suprema ventura de firmarmos os nossos direitos democráticos, com a promulgação do estatuto fundamental, «*A Constituição dos Estados Unidos do Brasil.*»

Dessa data em diante, portanto, tudo o que estivesse ou fosse contrário a ella, deveria e deve ser anulado ou modificado, e nestas condições está a lei de acesso aos postos de officiaes do Exército, especialmente na parte relativa à sua regulamentação.

Dirão, entretanto, que a Constituição em seu artigo 23 § 1 n. 3, garante ao militar congressista, o direito à promoção.

Eis um ponto importantíssimo, sobre o qual tem havido controvérsias e que precisa ser elucidado.

A Constituição Federal, permitindo aquella excepção, o que muito admira em uma democracia, onde «*todos são iguais perante a lei*» não quer dizer, que as promoções conferidas aos officiaes com assento no Congresso, sejam feitas *ad libitum* e a todo momento, desprezando-se todo e qualquer requisito. Parece-nos, que não foi esse o fim colocado pelos legisladores constituintes, quando firmaram tal dispositivo; e senão vejamos. Diz o artigo 23: «Nenhum membro do Congresso, desde que tenha sido eleito, poderá celebrar contrato com o Poder Executivo nem dele receber comissões ou empregos remunerados.

§ 1º Exceptuam-se desta proibição:

1º As missões diplomáticas.

2º As comissões e commandos militares.

3º Os cargos de acesso e as promoções legaes.

§ 2º Nenhum deputado ou senador, porém, poderá aceitar nomeação para missão, comissão ou comando, de que tratam os ns. 1 e 2 do parágrafo anterior, sem licença da respectiva câmara, quando da aceitação resultar privação do exercício das funções legislativas, salvo

nos casos de guerra ou naquelles em que a honra e a integridade da União se acharem empenhadas.»

Como vemos, esse artigo, não é mais do que uma disposição, tendente a garantir a independência do Poder Legislativo em relação ao Executivo. É uma medida de alto alcance político e julgada necessária no regime presidencial, onde se estabelece a separação dos três poderes (artigo 15 da Constituição).

Ora, como a Constituição permite a elegibilidade de todo e qualquer cidadão brasileiro, desde que satisfaça a certas condições, não excluindo o militar, e podendo este, uma vez no Congresso, tornar-se um subserviente do Chefe do Poder Executivo com o fito de receber presentes, ou ser o seu alago, e por isso sofrer perseguições descabidas, a lei, vem ao amparo dessa situação, definindo as relações reciprocas, e assim, firmando a independência necessária, em caso tales.

Eis porque, previdentemente o n. 3 do artigo 23 permitindo o acesso aos militares com assento no Congresso, declara que esse direito é quanto às *promoções legaes*, isto é, de acordo com os princípios constitucionais, sem exclusão, portanto, do § 2º do artigo 72 já citado, que no caso, define o termo *legal*, appenso pelos constituintes a outro — *promoções* — restringindo assim a amplitude que possa ter este termo em contraposição áquelle, demonstrativo da igualdade de direitos na profissão militar.

As promoções, portanto, dos officiaes que exercem cargo electivo, para terem o cunho de *legaes*, como estatue o artigo 23 em seu n. 3, não devem ser feitas sem requisito algum, uma vez que, para os que estão em função puramente militar, se exige condições especiais, para galgarem os postos hierárquicos.

Ao contrário disso é criar um privilégio, que sobremodo, atenta contra a propria Constituição Federal e por isso não deve subsistir.

Si pelo que estatue a lei de promoções em seu artigo 12, a antiguidade para tempo de efectivo serviço em função militar, e que por isso, os officiaes com assento no Congresso ficam impossibilitados de ser promovidos, e assim, jamais podendo ter applicação a excepção de que trata o n. 3 do artigo 23, então annulla-se

ou modifique-se a lei em questão; mas salve-se, ao menos, o princípio básico Constitucional, estabelecendo-se para todos, o tempo de interstício, o qual, deve ser sempre prestado na profissão militar em função de seu posto.

Assim ficará respeitada a Constituição Federal em seus fundamentos.

O oficial, uma vez eleito, desde que possua aquele requisito, não poderá deixar de ser promovido; o governo não lhe fará favor nenhum nisso, e sua independência como membro do Congresso continuará impoluta.

Si, entretanto, ahi continuar sem os requisitos que a lei de promoções estatue, ou eleito, ainda não os possuir, a promoção não tem razão de ser, porque a lei de acesso não pode ser uma lei de favoritismo; ella tem um fim mais elevado, mais nobre, e é assegurar o provimento dos diversos elementos de comando da tropa e direcção dos serviços, de modo que o Exército esteja sempre em condições de operar e assim cumprir a missão que lhe é commettida pelo artigo 14 da Constituição Federal, isto é, garantir a independência e a segurança da Nação.

Dirão entretanto, que ha que attender ainda os direitos adquiridos. Mas todo direito corresponde a um dever ou obrigação jurídica.

Nestas condições perguntamos: Onde foram adquiridos esses direitos, como e quando? Será pelo implemento de tempo? Mas, onde foi passado esse tempo? Em função militar?... Não... Logo, onde está a base desse direito? Mostrem os indivíduos só adquire aquelles direitos, quando satisfaz aos requisitos que a lei estatue, a qual deve fundar-se, em princípios de sã moral e de justiça.

Como vemos, e segundo as considerações expendidas, ha completa desharmonia entre a nossa lei de acesso e a Constituição Federal; urge, portanto, uma modificação ou reforma, de modo que ella fique de acordo com o nosso Estatuto básico.

Si porém, forem ainda empecilhos, os mentes exercem cargos electivos, respeitem os até o fim de seu mandato; a nova reforma ou modificação a fazer, entretanto, desde que sejam attendidos os casos justos de exceção, deverá ter por fundamen-

to a divisa: *Todos são iguais perante a lei.*

Aos illustres membros do Congresso Nacional, apresentamos estas considerações, esperando que amparem com patriotismo esta causa, tendo como base a *Igualdade*, symbolo da verdadeira conquista de uma democracia, e por escopo, a *Defesa da Nação*.

Hermenegildo A. Seixas

Capitão de Artilharia

SOCIEDADES DE TIRO

O relatório da Confederação do Tiro Brasileiro, publicado na revista *O Tiro*, apresentado ao Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, pelo director da Confederação é a repetição pouco harmoniosa dos relatórios anteriores, evitado das mesmas falhas e cheio de informações que carecem de provas.

Em todo o conjunto das sete páginas da revista cheio de contradições que traduzem as informações do director, um ponto sómente é digno dos maiores elogios: aquelle em que a direcção, depois de tantos anos convenceu-se que a formação do soldado moderno é problema que só as unidades do Exército sabem resolver, e lembra o alvitre já apresentado em uma entrevista concedida á *Gazeta de Notícias* de um estágio dos atiradores nas fileiras do Exército para se habilitarem a receber a caderneta de reservistas.

**

Das causas apresentadas como determinantes do estado de decadência das sociedades, sómente a primeira é verídica; a segunda (falta de armamento e instrutores militares) não procede porque sociedades ha que têm todos os elementos, armamento, fardamento e tudo mais que necessita a instrução nas sociedades de tiro, muitos sócios e mais ainda, como o Tiro 179, com dois instrutores e, no entanto, até a presente data nada produziram; outras remuneradas pelos respectivos Estados, Municipalidades, também nada fizeram a não ser receber as remunerações. Das sociedades, raras são as que presentemente são dignas de continuar a receber as vantagens fornecidas pelo governo. Os males são outros, que o director não desconhece, e que todos sabem, e sobre esta parte já mostrei as verdadeiras causas, até hoje não contestadas.

O numero de sócios matriculados nas diversas sociedades é precisado pelo documento em 22.400 cidadãos: na realidade pode-se dizer que existem, sem exagero, uns 6.000 apenas, que patrioticamente ou por qualquer outro motivo, conservam-se no gosto de todos os direitos de sócios, isto é, estão quites. Nas sociedades desta Capital, que são as que estão mais approximadas do calor oficial, dispondo de todos os recursos de vida, o numero de sócios na mais importante delas (talvez do Brasil) chega sómente a 300 sócios; nas demais o numero de sócios é mera-

phantasia e só existe no papel. A média de 120 socios matriculados nos cursos militares é uma phantasmagoria ideada pela direcção em todos os relatórios. O Tiro 7, que vae mantendo com grande sacrificio esse curso, só possue 10 socios matriculados, cuja frequencia aos exercícios reduz-se a metade; o Tiro 5 tem sómente 5 socios, dos quaes 3 apenas frequentam as aulas; como estas, estão as demais, e as que apresentam numero maior, só o possuem no papel.

O alvitre apresentado para auxiliar as sociedades não resolve o problema; diversas são hoje em dia as sociedades remuneradas e no entretanto permanecem no mesmo estado de penuria das demais. As sociedades Paulistas são muitas delas remuneradas e de ha muito nada produzem; aqui no Distrito, temos exemplo disso: das existentes, recebem favores officiaes da Prefeitura, além dos estipulados no regulamento, os Tiros 7, 15, 179, 170 e 6; e as de n. 7, 170 e de n. 5 têm a linha de tiro em terreno do governo; o 7, em terreno da Municipalidade, e todas elles não pagam aluguel de casa por terem as suas sedes no Quartel General do Exercito, e, no entretanto, nada têm produzido essas sociedades de aproveitável. O tiro 7 possue cerca de 200 e tantos socios quites, e tem uma frequencia nos seus stands sómente de 40 atiradores em média; nas demais a frequencia é irrisoria: a do tiro 5 limita-se a 6. Portanto, o numero pomposo de socios apresentado pela Confederação só tem existencia na imaginação do seu director.

Dos *itens* apresentados pela direcção para que o Tiro Brazileiro preencha o seu fim, sómente um é verdadeiro — a execução da lei do sorteio militar; as demais (nomeações de instrutores, auxilio pecuniario) não resolvem o problema, pelas razões ácima expostas, e tão pouco o aumento da munição. Sobre este, que deixei propositalmente por ultimo, devo dizer que é tambem contraproducente, pois limitadissimo numero de atiradores gasta a munição pedida para o numero total de socios; no geral dispõem os socios pelo menos de 15 tiros por sessão, desde o inicio das sociedades; numero muito superior ao que marca o regulamento, no entretanto a frequencia nos stands não aumenta.

Os socios matriculados nos cursos militares, cujo numero é avaliado em 1560, na realidade não passam de um decimo, como o numero de reservistas fornecidos durante o anno (159) nol-o affirma.

Até á presente data a Confederação, com quasi oito annos de vida, com 187 sociedades, no goso das regalias regulamentares, forneceu sómente, segundo os dados estatisticos, 1695 reservistas, ou melhor, candidatos a reservistas, que é o seu verdadeiro título, o que nos dá uma média de menos de 92 reservistas por sociedade, no prazo de quasi oito annos? e que reservistas! preparados, como dizem, no tiro de guerra, e só conhecendo desse importante ramo de instrucção do soldado, o tiro de instrucção. E nada mais.

Nos exercícios de tiro ao alvo foram consumidos 196 mil cartuchos, com o rendimento de 159 reservistas, homens que se amanhã a Patria reclamar os seus serviços, por maior que seja a sua boa vontade, nada podem fazer, por ser deficiéntissima a sua instrucção, principalmente a de tiro.

A parte em que a Direcção mais longa se

tornou foi a que trata dos alvos actualmente em vigor, alvos estes que vieram dar um golpe de morte no tiro sportivo, de que tanta apologia fazia a Confederação. Se fosse o director um technico, ou se tivesse mostrado a um technico a sua opinião sobre os alvos em questão, talvez tivesse evitado as referencias contraditorias e pouco felizes, que expendeu no seu relatorio, sobre os alvos que foram creados com o fim exclusivo de mostrar que a orientação dada ao Tiro na Confederação era por de mais primitiva e rudimentar e não tinha o efecto pratico tantas vezes declarado, da formação de atiradores destinados ao campo de combate.

A sua adopção deixou bem patente esta minha afirmação, e o proprio director faz, sem percerber, salientar esta verdade, dizendo em seu relatorio:

«Assistindo a exercícios de tiro em diversas sociedades, tive occasião de ver atiradores consumados, que, devido ás dificuldades de invisibilidade de taes alvos, produziram series inteiramente em branco, consumindo em pura perda tempo e munição». Ora, o resultado observado pelo director da Confederação, é, pôde-se dizer, o resultado que apresentariam todos os atiradores das sociedades confederadas no campo de combate, se não completarem a sua instrucção de tiro, por isso que lá iriam encontrar alvos perfeitamente semelhantes aos que estão adoptados para os exercícios nas sociedades, e com a circunstancia de serem vivos e apresentarem-se confundidos com o terreno, tornando desse modo mais difficult sua visibilidade. O mau resultado apresentado pelos *atiradores consumados no tiro sportivo* foi tão sómente devido á falta de exercícios com esses alvos, por que se recebessem a instrucção de tiro com o fim de serem uteis á patria, teriam de travar relações com elles no tiro de preparação, e se identificar no tiro de combate, orientação seguida em todos os exercícios que desejam preparar homens para a defesa nacional.

A instrucção do tiro com esse fim é dividida geralmente em tres partes: na primeira, é ministrado o tiro de instrucção; logo que os atiradores sabem visar e satisfazem determinadas condições, começam a atirar numa silhueta inscripta num rectangulo; em seguida passam ao tiro de preparação e de combate, feitos exclusivamente sobre silhuetas recortadas com a cõr a orientação tem como objectivo o alvo silhueta, que se torna conhecido pelos recrutas desde os primeiros tiros de instrucção; este methodo râpido nosso regulamento, cujo tempo está assim dividido: 4 meses para o tiro de instrucção, um combate.

Este methodo não pôde ser applicado ás sociedades de tiro, porque o seu regulamento dá exercícios aos domingos, ou sejam 24 exercícios de tiro. Partindo deste principio foi que certacícos, dos alvos que são objectivo da instrucção feito util.

A sua cõr, kaki de fundo verde, é o uniforme de campanha dos exercitos sul-americanos e os seus contornos exteriores são as classicas

posições regulamentares de um atirador. Das considerações acima, resulta que a orientação dada ao tiro nas sociedades, pelo actual ministro da Guerra, foi a mais racional possível, por isso que não dispondo de tempo suficiente para fazerem um curso completo da instrucção de tiro, mandou adoptar um alvo que é o objectivo da instrucção, fundido com o elíptico concentríco, familiarisando desde o primeiros dias da infância do tiro os atiradores com os alvos que encontrarão fatalmente no campo de combate. A falta de visor estampado no alvo é justificada pela proibição (R. T.) de pontos de referencia nesses alvos, que se destinam também ao tiro de preparação e de combate. As zonas concentrícas nelle existentes, tendo um centro destinado a um visor negro, são sómente utilizadas para o tiro de instrucção, e nada proíbe que nesse primeiro aprendizado elles sejam collados a um rectângulo onde possam ser precisados os impactos que se afastarem da silhueta.

Satisfitas as condições do tiro de instrucção, não mais se poderá empregar visor nem contar valor dos pontos, e sim utilisalos recortados, contando-se sómente os impactos.

Estas considerações deixam perfeitamente respondidas as referencias feitas aos alvos actualmente em uso nas sociedades confederadas, e me dispensam do fastidioso trabalho de rebater os conceitos mal colligidos do Director da Confederação, que começa condenando os alvos actuaes e acaba apresentando um projecto para adopção dos mesmos alvos, com modificações para pior. Terminando devo acrescentar que as idéas existentes sobre a organização de Companhias de Atiradores é magnífica, proposta aliás existente no relatorio de 1912 do Sr. General Souza Aguiar, ao Ministro da Guerra.

*Newton Cavalcanti.
2º Tenente*

O esclarecimento pela infantaria

Do livro do general
de cavallaria Frederico
von Bernhardi *Táctica e
Instrucção da Infantaria.*

O Regulamento do Serviço em Campanha estabelece que, "onde a efficacia do fogo inimigo ou a natureza do terreno restringe o emprego da cavallaria, o esclarecimento incumbe ás patrulhas de infantaria" (cifra 148).

Se essas patrulhas forem expedidas justamente no momento em que sua interrupção se tornar necessaria, o serviço geral de esclarecimento sofrerá uma interrupção. Acha-se em marcha a tropa que tem de ser esclarecida, então é preciso que esta faça alto, para que as patrulhas ganhem o

tempo e o espaço de que precisam para executarem efficazmente o esclarecimento.

Francamente ao encontro desta desagradável situação vem a cifra 151 do S. C.: "as patrulhas de infantaria, mesmo quando marcham sem mochilas, só podem mover-se lentamente no terreno. D'ahi que, quando elles tem de excepcionalmente esclarecer a marcha, precisem ganhar sobre as tropas um consideravel avanço."

Eu entendo que estas prescripções do R. S. C. carecem de precisão e de clareza.

Em primeiro logar surge a questão de saber como e quando as patrulhas devem ganhar o necessário avanço para não acarretarem á columna um consideravel retardado de marcha ?

Por outro lado a palavra excepcionalmente parece-me que não foi escolhida com felicidade. Ella desperta a suspeita de que o esclarecimento pela infantaria constitue um caso especial na guerra. Esta não é de forma alguma a verdade.

Infelizmente ainda está enraizada no exercito, e principalmente na infantaria, a idéa de que o esclarecimento immediato, mesmo no combate das tres armas, possa ser confiado de modo absoluto ás tropas montadas. Esta suposição é falsa. As tropas montadas na zona efficaz do fuzil não conseguem esclarecer, porque serão fuziladas sem se poderem defender ou escapar ao inimigo. Só nas mais velozes andaduras será possível atravessar a zona efficaz do fogo da infantaria. Mas nessas andaduras será impossivel reconhecer o adversario e, de resto, nem todos os terrenos as permitem. Em vista desse facto todos os chefes exigem nos exercícios, energicamente e com razão, que as patrulhas de cavallaria respeitem o fogo da infantaria. Apezar disso, porém, esses mesmos chefes reclamam que o esclarecimento de combate seja executado do modo mais completo pela propria cavallaria...

A idéa de que a cavallaria seja capaz de satisfazer essa exigencia vem do tempo em que o alcance maximo do fuzil não passava de 300 m. e a infantaria combatia em massas compactas faceis de descobrir a grandes distancias. Que ainda hoje, pois, aquellas exigencias subsistam, me parece inadmissivel. A pratica das manobras nos fornece a esse respeito ensinamentos diarios.

Quasi sempre o reconhecimento imediato em combate fracassa e, de ordinario, nas criticas, é a cavallaria quem acarreta com a culpa.

Evidentemente este fracasso do esclarecimento tem sua razão de ser e se atendermos ás condições reaes do combate moderno, veremos que elle é fundamentado. A cavallaria não pôde em face das modernas armas de fogo executar esse serviço e as patrulhas de infantaria só excepcionalmente são empregadas e então expedidas muito tarde para enviarem em tempo o resultado de seu esclarecimento.

Precisamos de uma vez por todas abrir mão da cavallaria como orgão inviável do esclarecimento de combate, pelo mesmo motivo porque não devemos admittir que esse serviço possa ser confiado á *infantaria montada* como se aventou num artigo publicado sobre este assunto no *Militär-Wochenblatt* (1909, n. 153).

No limite do fogo efficaz da infantaria o esclarecimento só pode ser feito a pé, quer isto dizer, que de um modo geral só a infantaria é capaz de executá-lo.

O esclarecimento pelas patrulhas de infantaria não excepcionalmente mas necessariamente impõe-se sempre que a marcha conduz a um encontro com o inimigo.

Segundo meu modo de ver a cifra 151 do S. C. devia estar redigida assim: "logo que se tenha em vista um encontro com o inimigo as patrulhas de cavallaria deverão sempre ser seguidas de patrulhas de infantaria que partirão com o necessário adeantamento sobre a columna de marcha."

Recommendo esta ou outra redacção semelhante para o caso de uma revisão posterior do mencionado regulamento.

Vejamos quando e de que forma as patrulhas de infantaria devem ser lançadas.

E' preciso porém que não se conclua do que acabei de dizer que em qualquer marcha conduzindo áquelle eventualidade deva-se fazer emprego das patrulhas de infantaria. Tal exigencia á capacidade das tropas seria excessiva e a perda de tempo necessaria á actividade das patrulhas nem sempre muito justificada. Assim, por exemplo, se o general Failly no dia 6 de agosto de 1870 não tivesse constantemente esclarecido sua marcha na frente e nos flancos por patrulhas de infantaria, não teria marchado tão lentamente a ponto do seu corpo de exercito faltar ao *rendez-vous* no campo de batalha (1).

Quando as forças principaes ainda se acham afastadas uma da outra e mesmo

no caso em que a cavallaria de exercito não cubra a marcha como aconteceu no inicio das operações do primeiro e segundo exercito allemão em 1870, (2) não ha absolutamente necessidade de empregar as patrulhas de infantaria.

Em compensação ocorre muitas vezes na guerra que a cavallaria consegue fixar a distancia que separa as forças adversarias e a direcção da marcha do inimigo de sorte a se poder admittir um encontro no mesmo dia com a infantaria contraria, caso as duas massas continuem a se approximar.

Em todos os casos semelhantes a este, que não podem ser representados como excepções, impõe-se a opportuna expedição das patrulhas de infantaria, se não se quizer justamente no momento decisivo combater ás escuras. O mesmo acontece quando se marcha em mattas espessas, em terrenos pantanosos, em morros abruptos ou outros terrenos que tambem sejam intransponíveis pela cavallaria.

Estes casos sim, podem em geral ser considerados como excepções e não necessitam de ser especialmente considerados, porque o modo de agir das tropas que se acharem em circumstancias tales deve obedecer ás mesmas disposições estabelecidas no S. C. para o caso dos encontros previstos com o inimigo (3).

(2) Ler o *Ensino da Guerra*, de Moltke, 2º tomo (*Preparação tactica para a batalha*, pags. 38 a 96) publicado em 1911 pelo Gr. E. M. Pr. e o *Emprego e direcção da cavallaria em 1870 até a capitulação de Sédan*, por Cardinal v. Widdern — Berlin, Mittler & Sohn.

(3) Na pequena guerra, a que constantemente seremos obrigados em territorio brasileiro e algumas vezes talvez além das fronteiras, teremos de fazer continua applicação do esclarecimento pela infantaria não só devido ás razões de ordem technica que restringem de um modo geral o papel da cavallaria, mas principalmente á natureza do terreno e ao caracter de emboscada que reveste o modo de combater dos fanaticos ou de quaequer outros bandos irregulares. Convém, pois, que atravez de continuos exercícios especiais, organisados de accôrdo com os ensinamentos das expedições de Canudos e dos actuaes successos no sertão do Paraná, formemos desde o tempo de paz excellentes commandantes de patrulhas e instruamos os nossos soldados nesse relevantissimo serviço.

Não se conclua que queiramos limitar o esclarecimento pela infantaria á pequena guerra. Foi mais com o intuito de demonstrar a necessidade absoluta da ligação das armas no esclarecimento immediato das marchas para o combate que traduzimos o magistral capítulo do general von Bernhardi cujo estudo recomendamos *data venia* aos nossos altos chefes.

(1) Ler Spichern do tenente-coronel Maistre. Paris 1909. Berger-Levrault.

Tambem o reconhecimento de uma posição inimiga deante da qual a tropa tem de executar um desenvolvimento systematico de forças antes de pronnnciar o ataque (cifra 363 do R. E. I.) (4) não precisa ser considerado, porque em tal caso dispõe-se do tempo necessario para executar o reconhecimento. Trata-se aqui exclusivamente do esclarecimento durante as marchas.

Como, nesta situacão, se deve proceder para que as patrulhas de infantaria possam substituir, em tempo, a cavallaria no serviço de esclarecimento, admittindo-se naturalmente que para o *esclarecimento immediato*, isto é, para verificar se o inimigo avança e para onde avança ou se elle em determinados pontos se desenvolve para a defensiva, apenas existe na frente da infantaria cavallaria divisionaria, tal como acontece na maioria de situações da grande guerra ?

Que aquelle objectivo não pode ser attingido, se só se pensar em expedir essas patrulhas quando se fizer sentir a necessidade immediata de sua intervenção, é mais bem admissivel interromper a marcha, só para esperar que as patrulhas avancem e que afinal se entre de posse do esclarecimento da infantaria; por sua vez é altamente desejavel que o desdobramento e o desenvolvimedo se operem logo que se tiver informações sobre o adversario.

A' vista disso, no meu entender, nada mais resta a fazer que de manhã, antes do inicio da marcha expedir as patrulhas com o necessário avanço e determinar-lhes que sigam a cavallaria.

Se se pôde contar com segurança que antes do encontro com o inimigo se inter das patrulhas pôde ser adiada para essa de manhã cedo, antes do inicio da marcha. Fica-se assim tranquillo de que elles em tempo estarão a postos.

No caso em que a tropa tiver de executar uma marcha de flanco, e para enversão, as patrulhas acompanharão a mar da conversão da tropa possam tambem

mudar de frente e avançar directamente na direcção do inimigo.

Quanto mais de perto as patrulhas se guirem a cavallaria tanto menor será o perigo de que o esclarecimento soffra uma interrupção.

Por outro lado, será arriscado para as patrulhas afastarem-se muito da testa da infantaria, principalmente quando se tem na frente uma numerosa cavallaria inimiga, pois no caso de um ataque, as patrulhas não terão na sua proximidade tropas que as apoiem. A natureza do terreno terá como sempre uma grande influencia na determinação da distancia a que se manterão as patrulhas de esclarecimento. Como regra geral deve-se estabelecer que as patrulhas ganharão sobre a ponta da infantaria amiga a distancia necessaria para que esta não seja surprehendida pelo fogo da infantaria inimiga e para que as proprias patrulhas disponham de tempo afim de bater e esclarecer o terreno antes do contacto das tropas contendoras.

O principio da expedição das patrulhas deve ser ainda que ellas sigam a *cavallaria divisionaria*, á distancia que as circumstancias determinarem para o desempenho da missão geral que lhes incumbe nas marchas. Eu admitto como naturalmente estabelecido que aquella cavallaria avançará por lances, em permanente ligação com a columna de marcha e não como durante muito tempo foi uso, inteiramente independente da infantaria, rodeando a região como uma cavallaria autonoma. Quando por exceção assim tiver de acontecer as patrulhas não se subordinarão aos movimentos da cavallaria mas conservar-se-ão a certa distancia da testa de infantaria, distancia determinada de accordo com a força da columna em marcha, a natureza do terreno e a situação do inimigo, mas que difficilmente excederá de 5 a 6 kilómetros.

Para dar ao esclarecimento de infantaria o necessário raio de acção em largura, a tropa que marchar não se limitará a lançar na estrada principal uma patrulha, mas segundo a situação de guerra destacará outras para bater o terreno e as rêdes de caminhos, as quaes marcharão pelas estradas lateraes na zona provavel de desdobramento ou na zona de esclarecimento da cavallaria divisionaria. As ordens para o serviço destas patrulhas devem ser dadas de sorte que elles avancem sempre

(4) Ver a cifra 110 do nosso R. E. I., II parte
— O Combate, pg. 241.

na mesma altura, isto é, que umas não se afastem muito das outras no sentido da profundidade da marcha. Cada patrulha de per si deve conhecer perfeitamente o itinerario por onde terão de circular os avisos e informações, afim de que estas, mesmo no caso de desdobramento, atinjam as tropas com rapidez. A cavallaria igualmente deve estar instruida sobre aquele itinerario, afim de que possa collocar nos caminhos a percorrer pelas informações uma cadeia de postos de estafetas.

(Continua)

Souza Reis.

1º Tenente

O jogo da guerra entre nós

Em face do modo como está sendo feito entre nós o exercicio do jogo da guerra, não creio muito em sua efficacia immediata.

E' possível que quem pensa assim esteja laborando num erro, mas creio que não. E eu folgaria muito se uma pratica comparativa de meethodos mostrasse o contrario; pelo menos o desapparecimento da duvida seria de immenso alcance para os que pensam do mesmo modo.

E' certo que pela continuaçao os officiaes ficarão senhores de bôas noções, todavia parece que se outra fosse a orientação seguida, muito mais rapidamente ficariam todos em condições de tomar parte, com o maior desembaraço possivel, em qualquer partida por mais complexa que fosse.

Não ha, por exemplo, uma partida de jogo da guerra em que a cada momento se não encontrem os factores: tempo, espaço e velocidade. Ora, hoje a maioria dos nossos officiaes está perfeitamente apparelhada para resolver theoricamente quasi todas as questões a que tais factores dão lugar, mas sómente *apparelhada theoricamente*, porque além daquelles factores existem as particularidades da tactica que escapam por inteiro ás noções theoricas, em mecanica recebidas. E' só na tactica que se estudam as questões de alongamentos, escoamentos, etc., e os que estudam as cousas militares sabem perfeitamente que os simples recursos que a mecanica offerece são insuficientes para resolver uma combinação tactica de movimentos.

Na Europa os officiaes quando sahem das escolas já vêm com as principaes noções praticas de ligações entre regulamentos e theorias; de modo que não lhes é difficil passarem imediatamente ás mais caprichosas combinações taticas que o jogo da guerra comporta. Aqui é o contrario o que tem lugar: aprende-se muita mecanica, mas «mechanica dos livros» apenas, e ás vezes mal explicada, e não aquella exigida pelas necessidades da guerra. Os nossos officiaes sahem das escolas fazendo, por exemplo, muito bem um rebatimento, mas nunca os bons professores de artilharia practica se lembraram de lhes

mostrar como sobre uma carta se fazem as applicações dos rebatimentos ás questões de desenfiamentos de vistas e projectis. Entretanto, todos sabem que é por meio desta noção que se pôde avaliar sobre uma carta se é boa ou má a collocação de uma bateria para hostilizar com mais ou menos efficacia um inimigo em determinada situação.

Ninguém deseja com estas idéas que se recomece, com o exercicio do jogo da guerra, a educação militar dos nossos officiaes, mas sómente que se passe em revista aquillo que se torna indispensavel para que uma turma que começa possa dar inicio, desembaraçadamente, ás soluções dos themes que lhe forem propostos. Agora, ás soluções dadas é que se faz a correção tendo em vista os preceitos admittidos, por que na carta nós vamos é adquirir, de um modo suave, o habito de fazer a guerra com todos os preceitos.

Quem tem nitidas e claras todas estas noções sabe *mais ou menos*, por onde devem ser iniciadas as soluções dos problemas e os factores que se podem desprezar. Mas do *saber mais ou menos* ao *saber como*, ha uma certa diferença, e é justamente esta diferença que faz retardar um pouco a aprendizagem do interessante e util jogo.

Qualquer official da nossa infantaria, que mal sabe o regulamento desta arma, porque difficilmente lh'o dão, difficilmente tambem e talvez nunca conseguirá dispôr sobre uma carta, do modo que mais convenha, uma bateria que por ventura lhe seja confiada. E se é isto um problema para elle insolvel, muito mais difficil lhe será a passagem dos cursos d'agua, quando a nossa engenharia é a primeira a não dispôr de um regulamento que permitta, em nosso meio e com os nossos recursos, avaliar o factor *tempo* nas construcções em campanha.

E' exactamente por isso que se torna commum em nossas partidas um tenente desassombradamente afirmar que leva 10 minutos na preparação de uma passagem, quando, na realidade, elle gastaria 3 horas com os pontoneiros europeus e uma eternidade, talvez, empregando a nossa engenharia.

Impõe-se, portanto, a uma turma que se inicia no jogo da guerra uma serie previa de problemas elementares.

E' preciso além disso, para que o jogo da guerra se torne praticamente e racionalmente aproveitável, que os themes feitos se não distanciem muito daquillo que realmente a guerra na França possa ser em 15 minutos feito, talvez com a velocidade do raio, em menos de uma numerosos admittidos na Europa que as nossas partidas aqui, em pleno coração do Brasil, são jogadas.

Eu penso que na terra de Guilherme II não se faz assim.

E se lá os allemandes tiverem de formular um tema em que o inimigo figurado venha de França, numa questão de transporte elles entrano com a velocidade dos comboios franceses e mão não deixa, por menos importante que seja o factor, de tirar partido de tudo que lhe possa ser favorável na futura guerra para que deve estar preparado.

Objectar-se-á que este rigor não é possível presentemente em nosso meio. Perfeitamente. Mas o jogo da Guerra revelou a necessidade de ser tudo isto regulamentado. E porque se não exige?

Será impossível ao illustre director da Central, por exemplo, dizer qual a capacidade de transporte de seus trens? Não é, absolutamente. Trata-se apenas de uma questão de estatística.

Em qualquer caso, porém, mesmo com a orientação seguida, já vamos conseguindo alguma causa. As partidas deste anno já são jogadas em as nossas proprias cartas, o que nos obriga, até certo ponto, conhecer um pouco mais a nossa topographia tão criminosa e desrespeitosa.

2º Tenente **Barbosa Monteiro**

(Do 2º Reg. de Inf.)

Reflexões

A nova Turquia — refiro a nova porque a velha, que ha muito estava morta, ficou sepultada em Lulé-Bourgas e Kirk-Kilissé — reparte hoje as passadas responsabilidades: vae se fazendo a luz sobre o insucesso das missões alle-mãs.

E' que quem recorre á experencia alheia tem obrigação de resolver antes os seus problemas sociaes correlatos, porque os grandes problemas militares escapam muitas vezes ao ambito dos quarteis.

O general von der Goltz não pôde fazer do exercito turco a machina perfeita que todos esperavam, devido a circumstancias especiaes do meio, tal como um estatuario de genio não seria capaz de deslocar a hegemonia artistica da Italia para Marrocos.

Dar-se-ia comosco o mesmo facto se pre-tendessemos que a simples presença de uma missão instructora, de que o signatario destas linhas sempre foi paladino, bastasse para nos garantir a victoria de amanhã, sacudindo a poeira dos tempos, tantas vezes depositada sob uma camada espessa de galões, como um repique feso levanta os bandos alados dos florões massicos das torres gothicicas.

Para certos paizes, só uma therapeutica como a lei Pires Ferreira, que afastando voluntaria vantajosa ao exercito do que todas as reformas do ensino militar juntas.

Mas, não obstante reconhecermos as necessidades dos tempos que correm, quem seria capaz de propor certas medidas radicais entre nós, como as reformas obrigatorias dos incapazes? Responder-lhe-iam com um aposento na casa de vasios das arcas do thesouro, onde se diz que No entanto, é de crer que se existisse um individuo tão original que fosse capaz de praticar semelhante loucura, havíamos de ouvir-o gritar

quand même, que não estava tratando de um problema economico, que não era ministro da fazenda, mas que procurava a solução de um problema militar em cuja especie todos têm este grande defeito: custam dinheiro.

E si esse individuo encontrasse alguém que lhe desse ouvidos, é possivel que esse alguém tambem tivesse um problema semelhante a resolver, como, por exemplo, morar-se em lugar ermo e mal seguro, não possuindo armas e tendo pouco dinheiro.

Ora, si esse precito, imagem viva de muitos paizes que conhecemos, devesse muito, tinha que optar por um dos caminhos: ou dar uma prestação aos credores, deixando a vida exposta e os seus indefesos, ou comprar uma pistola e crear juizo, adiando as dívidas para o mez seguinte.

A Turquia tinha adoptado o primeiro alvitre, mas como não teve juizo, perdeu quasi tudo o que possuia; hoje enveredou pelo segundo, e vae comprando a sua pistola.

O exercito turco está a perder o record que detinha, das incapacidades physicas e intelectuaes, despedindo uma legião inteira de vocações erradas, que tendo partido um dia para as mesquitas, foram ter, por equívoco, ao rancho dos quarteis.

E para que os leitores d'A Defesa conheçam alguma cousa da Turquia que morreu hontem, respiguemos o *Carnet de campagne d'un officier Turc*, que um official valente, o tenente Selim Bey, escreveu num estylo forte e instructivo.

Parallelamente, meditemos sobre a prata de casa...

O tenente Selim seria entre nós apenas mais... um *joven turco*. Conhecedor do officio, novo ainda, julgando com segurança as capacidades profissionaes, elle montou a cavallo antes da invasão do territorio patrio, com o seu 1º re-Regimento de lanceiros, e só apeou, enfermo, quando os trangalhos do exercito turco se achavam abrigados nas linhas de Tchataldja.

O 1º Regimento era o *modelo* da 1ª Inspecção e estava aquartellado em Constantinopla.

O primeiro comtratempo foi a substituição do commandante, ao partir para a guerra e «só um chefe de alta capacidade e firme caracter chegaria a ter nas mãos o regimento que ia levar aos combates sem conhecer, mas, infelizmente, os acontecimentos vieram mostrar que Hassan bey não era esse chefe.» Tal nos refere o autor do livro de que nos ocupamos.

Mas, era efectivamente, quanto ao pessoal, um regimento de *élite*: entre os soldados, chris-tãos e mulsumanos, só havia gente devotada á patria, não se registrando uma só deserção para o inimigo, como se deu principalmente na infantria em que as arribadas foram em massa.

O regimento ao marchar tinha a remonta desorganisada, porque por lá tambem se usa despir um santo para vestir outro; por occasião da guerra com a Italia, parte da cavalhada fôra enviada para o 5º Regimento, na previsão de um desembarque nas costas da Asia.

Entre nós, é possivel que ainda venha a ocorrer o mesmo no que diz respeito a cavallos, que por emquanto não são emprestados por que ninguem os tem em condições; em compensação, empresta-se gente. Houve emprestimos dessa natureza em quantas diligencias e operações militares a temos assistido.

Ha poucos dias recebímos do sul uma carta que terminava assim: *Ha uma unica novidade por aqui: o regresso do pessoal que havíamos empregado ao 7º Regimento para combater os fanaticos.*

Foi necessário, para cobrir o deficit de cavalos, informa o tenente, suprimir um dos esquadrões, e assim cada um dos restantes chegou a ter 60 cavalos, verdade que mediocres e desiguais. No Brasil, com a noção que se tem da guerra, teríamos levado esquadrões em esqueleto.

O embarque (em estrada de ferro) que devia ser feito em 1 1/2 hora, durou apenas (!) 14 horas, porque na Turquia não só a matéria não está regulamentada, como não se fazem em tempo de paz esses exercícios.

Lendo essas observações, pensamos no que entre nós se chama um «embarque», na Central, em que os wagons não são determinados com antecedência e nos quais, num avanço geral cada qual se vai mettendo. A um embarque em regra, de uma brigada com bagagens, etc., creio que ninguém no Brasil se recorda de ter assistido.

Narra o tenente Selim que «os capitães corriam de um lado para outro, para completar o material de seus esquadrões, um reclamando viaturas que não chegavam, outro pedindo as ferraduras de sobressalente que não existiam, em uma palavra: um atropelamento geral...»

Por fim, embarcados, encontram-se numa estrada de ferro muito semelhante a algumas que conhecemos. As bagagens do 1º esquadrão, com o wagon que as conduzia, extraviaram-se em caminho e só foram achadas 15 dias mais tarde. Ora, em tempo de paz já se tem dado isso entre nós. O autor destas linhas, regressando da cidade de Cruz Alta, em 1910, trouxe para Santa Maria, séde das estradas de ferro do Rio Grande, a incumbência de recambiar um wagon com as bagagens de um major, que andavam de Herodes para Pilatos, há mais de 20 dias, tendo percorrido a maioria das linhas do Rio Grande, em muitas centenas de quilometros, sem no entanto, irem às mãos do dono! Dá uma idéa de todos essas cousas, na Turquia, este trecho da carteira do autor: «A nossa mobilização começa bem e se todas as tropas chegam a seu destino com tanta rapidez e regularidade como a nossa, seremos muito felizes se terminarmos a nossa concentração dentro de tres ou quatro annos.»

Dentro de um mez, no entanto, estavam todos de volta, no fincapé das linhas de Tchataldja.

Em todo o caso, no dia 7 de Outubro, isto é, 4 dias depois de recebida a ordem de marcha, pelas diversas unidades, estava constituída, na fronteira bulgara, a divisão de cavalaria de que o 1º Regimento fazia parte. E' verdade que o autor pede encarecidamente que não confundamos esse grupamento com o que na Europa se chama uma divisão de tal arma: tratava-se de 1200 homens, muito mediocremente montados. Não tendo arreiamentos apropriados para as secções de metralhadoras, que haviam sido improvisadas; estas armas eram semeadas pela estrada, nas andaduras mais vivas, o que retardava a cavalaria.

Quanto às duas baterias de que dispunha a divisão e que bons serviços prestaram, elas dispunham de cavalos capazes de tirar os... mas com bom tempo, no terreno enxuto.

A concentração da divisão turca leva-nos a meditar sobre as nossas brigadas de cavalaria

estacionadas no extremo sul, e que se destinam sem dúvida à cobertura immediata: em quantos meses — ou anos — chegariam a igualar as duas brigadas da divisão turca?

Talvez que nem mesmo depois da guerra acabada!

No quadro da respectiva ordem de batalha, dá o tenente Selim duas notas interessantes: a falta de columna de munições e uma declaração de seu nenhum parentesco com o coronel Selim bey...

Coube á divisão disparar o primeiro tiro desta guerra. Ahi teve o autor a oportunidade de constatar a verdade contida numa sentença de Moltke: «As qualidades do carácter prevalecem, na guerra sobre as do espírito.» Zia bey, o comandante de sua brigada, incapaz de brilhar nos afazeres da guarnição, era o chefe inexcedível na guerra. «Vede, dizia elle, sob uma chuva de projectis inimigos e accendendo um cigarro, como esses bulgaros atiram mal.»

Apparece, enfim, a cavalaria bulgara. «Vamos-nos medir com os nossos adversários naturaes, que até aqui se haviam occultado atrás de sua infantaria, enquanto nós os esperavamos a descoberto. A 2ª brigada vai se lançar sobre o inimigo, apoiada pela nossa. Imitando o exemplo da brigada testa, mettemo-nos logo em columna de regimento. Eis o 1º de lanceiros em batalha em 1ª linha, com a frente eriçada de lanças e os seus officiaes de espada em punho. Os homens estão cheios de entusiasmo, enquanto que os proprios cavalos escarvam o solo, sentindo que vão passar ás andaduras vivas. Ah! mas a cavalaria bulgara recusa o convite que de tão bom grado lhe é feito.»

Um trecho muito interessante é o em que o autor refere um encontro que teve com uma ponta de infantaria, que devia ser da vanguarda de alguma grande unidade: era, não obstante, um único regimento, enviado contra o grosso dos exercitos inimigos!

Tal processo não pôde ser considerado uma novidade turca; nós o usamos sempre.

Ha poucos annos ainda se pensou em evitar acontecimentos graves nas fronteiras do Sul, enviando para as proximidades da linha divisoria alguns corpos em esqueleto. Quem escreve estas linhas pertencia então a um dos corpos que estiveram com ordem de marcha e cujo efectivo não era superior a 300 homens. Ainda hoje temos nossas duvidas si a maioria das praças sabia mais ou menos para que servem os fuzis. Dentro do quartel todos corriam. Os sargentos tirando guias e alterando escalas para pol-as em deante.

Como uma nota melo-dramática, trez ou quatro soldados choravam no portão, pensando talvez nas raparigas que iam ficar.

Felizmente a rude impressão de quem parte sorte do que o regimento tu co.

O tenente continua narrando a retirada: tote a tropa retirante e o inimigo ainda estava a a parte, encontro homens gravemente feridos, sem curativos e sem recursos, abandonados á chuva. Quantos delles lá ficaram para morrer, não dos ferimentos recebidos, mas de fome e da falta de cuidados.»

O tenente foi enviado a procura de um quartel general, para pedir providencias para a evacuação do campo de batalha, juncado de feridos. As estradas, nessa debandada geral, estavam atravancadas de carros, armões, cavallos mortos e armas; era o salve-se quem puder. A muito custo encontra um batalhão, cujo commandante, não obstante, não lhe pôde dizer siquer a direcção do movimento: não sabe de nada. Tanto o official como o soldado se acham exhaustos.

Junto ao fogo que os aquece, trava-se um interessante dialogo.

— Meu tenente, permitte-me que pergunte certas cousas?

— Pergunte, Mehemet.

— Que ha?

— Que ha?... Sim. Desde esta manhã e por mais de cem vezes que tenho feito a mim mesmo essa pergunta...

Um outro trecho, referente á carta turca, merece ser transcripta integralmente. «De todas as cartas, de todos os paizes, não ha uma só que possa rivalisar com a do Estado-Maior turco, sob o ponto de vista de inexactidão e falta de clareza. Nada está no devido lugar. Estão registadas aldeias que nunca existiram e por outro lado faltam outras que existem realmente. Os cursos d'água se confundem com as estradas, os caminhos se entrelaçam com os arraiaes, tendo a triangulação e o nivelamento sido estabelecidos segundo a fantasia dos topographos. Feliz turca!»

E não será esse, salvo os timidos ensaios da Carta Geral, o nosso caso?

O autor prosegue, pelo exame imparcial dos factos, demonstrando a inutilidade das milicias de batalha. Os turcos tinham até agora o culto uma força política do que um elemento de guerra e por isso provou mal a ponto de seus officiaes, num tranze de honra, caçarem a tiros os seus próprios soldados. Quanto ás demais tropas, «tido soldado turco, que é um homem antes de tudo, cuja capacidade de resistencia, como a dos demais seres vivos, é limitada.»

Nós confiamos também muito, mas é, no estomago do nosso soldado, a ponto de não sadio de subsistencias. Em Canudos comemos as raízes selvagens, apenas trituradas. Em todas as vê-se logo ás voltas com a diarréa, que o decarne mal assada. E dahi quantos abatimentos

fazia parte o regimento evoluía como sobre um terreno de manobras, mas a bravata custou caro. Era como quem dissesse: «Estou aqui, senhor chefe de bateria, que esperaes ainda para me metralhar?»

Que semelhança comosco, na revolta dos marinheiros!

Mas, o quadro negro, infernal mesmo, é do cholera, que é o conviva inseparável de todas as orgias tragicas. «Perto da estação encontro cadáveres atirados uns sobre os outros. Vendo um sub-official de saude, perguntou-lhe porque não se enterram esses mortos. Responde-me elle

que aguarda a volta dos carros idos ao cemiterio. Mas, em quanto converso, vejo membros que se agitam naquelle amontoado humano. Dou ordem ao sub-official para que retire immediatamente os vivos, mas elle me responde: E' inutil, meu tenente, pois, essa gente vai morrer d'aqui a pouco!»

Antes de fecharmos este livro tragicó, ainda um trecho... os officiaes turcos, temos uma larga parte desses desastres. Comemos o pão da Nação sem lhe darmos o que ella podia esperar de nós. Em tempo de paz não soubemos preparar a guerra por que nos ocupamos de outras cousas. Acreditamos que íamos salvar a Turquia, dando-lhe uma constituição, mas nos esquecemos de nossa verdadeira missão, que era crear um exercito forte e instruido.»

E nós, no Brazil!

Envolvemo-nos no abolicionismo, fizemos a Republica e acompanhamos ainda hoje todos os surtos da demagogia. E amanhã?

Amanhã... Talvez nos faltem as Tchataldja, lá para as bandas do Sul, nos plainos do Caçequy.

F. Paula Cidade.

2º Tenente

Os Symbolos Nacionaes

A humanidade, desde os primitivos tempos vem sentindo a necessidade de concretisar seus mais nobres sentimentos em alguma causa de palpavel, que lh'os desperte sempre.

E o bezerro d'ouro encontrado por Moysés como ídolo do povo, no regresso do Sinai, substituindo o seu deus, naquella época sem symbolização, é disso uma prova historica.

No dominio das religiões então, encontramos a mais extravagante collecção de symbolos, e um rustico madeiro symbolisa a maior dellas.

Onde quer que se encontrem individuos formando em torno de uma idéa ou reunidos para um fim, um symbolo aparece, sejam cores combinadas, estandarte ou bandeira.

Nas nacionalidades a symbolização se faz pela bandeira, pelas armas e pelo hymno.

A importancia desses symbolos embora apparentemente igual, varia com o regimen politico adoptado.

Nas nações em que o regimem politico permite a subordinação do povo por dilatado tempo a um determinado chefe, ou o preparo do chefe futuro, entre pensante, que por um acto pode conquistar ou cimentar melhor a estima do chamado seu povo, e de cuja censura está sempre a coberto

pela sua irresponsabilidade na direcção dos negócios publicos, nas monarchias, em-fim, a symbolisaçāo da nação é feita commumente com mais respeito e amor pelo chefe do Estado—Imperador, Rei, Czar, etc.

A bandeira e as armas não deixam porém, de merecer nessas nações o respeito e o acatamento devido, havendo até bandeiras representativas do commercio para serem usadas nas occasiões em que a nacionalidade precisa ser evidenciada, sem as responsabilidades oriundas da representação oficial.

Nas democracias a transitoriedade do chefe do Estado e a sua escolha entre os cidadãos mais conspicuos, é verdade, mas não educados pelo Estado desde a infancia para esse alto cargo, alliadas á discussão franca, commumente apaixonada e as mais das vezes pouco leal, dos seus actos, não deixando o chefe do Estado pairar acima das paixões do momento, nem criar a estima do povo, a bandeira e as armas nacionaes, como seu hymno, augmentam de valor symbolico.

Na nossa nacionalidade um caso mais especial se dá.

Admittindo e subvencionando uma imigração que, destinada á lavoura se localisa grandemente nas cidades, onde os recursos de trabalho são mais prompts e pela tendência natural da procura dos compatriotas em um meio estrangeiro, não é difícil o encontro de nucleos de população onde a maioria é de estrangeiros e nas quaes as datas nacionaes brasileiras nunca foram lembradas, sendo no entanto comemoradas com brilho as das colonias preponderantes, ou mais unidas, que a nostalgia do torrão natal faz congregar nos seus maiores dias.

Este facto dá ao brasileiro, que não conhece esse sentimento por nunca se ter afastado do seu berço, a impressão de inferioridade da nacionalidade, impatrioticamente, porquanto a nossa nacionalidade não se resente desse defeito e em não poucos problemas as soluções dadas pelo Brasil têm sido modelares e, como bem disse o Dr. Augusto de Lima, em brillante conferencia, temos resolvido, em momentos, questões que outros povos levam décennios a elaborar, demonstrando a nossa iniciativa.

E iniciativa é superioridade.

A convicção da inferioridade da nacionalidade se reflectirá com maior danno

na tropa, onde precisamos ter homens convencidos da nossa superioridade sobre todos os povos da Terra, porque essa convicção é um coifficiente de grande valor para a victoria.

E' mesmo um dos sentimentos que mais concorrem para a victoria em qualquer ramo de actividade ao qual o americano do norte, povo vitorioso por excellencia, liga tanta importancia que tudo o que é seu é o primeiro do mundo, casa, villa, cidade ou patria.

A organisação politica adoptada por nós em 89 não permittindo que aos chefes do Estado se faça justiça senão na historia, em cujas paginas já se transformam em oiro as letras do periodo Campos Salles, por exemplo, o presidente que deixou o Cattete sob vaias, o povo já vem sentindo a necessidade de substituir quasi completamente a sua figura pela bandeira na symbolisaçāo da Patria. Evidencia isto a acceitação que de anno para anno aumenta da festa de 19 de Novembro, tendendo justamente a pol-a em paralelo com a da Independencia e levando para segundo plano a de 15 de Novembro.

Por sua vez esse culto vem demonstrando a asserção de que não somos uma nacionalidade inferior ás demais.

Para a nacionalidade é de capital importância o desenvolvimento desse culto.

Para as classes armadas, genuinas representantes que devem ser da nossa nacionalidade e unicas instituições verdadeiramente nacionaes que possuimos, cresce elle até á transcendencia, sendo, como são, transitorios os chefes do exercito, por só chegarem lá nas proximidades da sexta dezena de annos, em caminho para o descanso que então pede o corpo, e atravessando a nação, felizmente, um largo periodo de paz que lhe não permite conhecer seus generaes, para se enfileirar confiante sob suas ordens e marchar á victoria.

Não se achando ainda feita a organisação militar da nação, que não é somente do exercito permanente, e tendo os brasileiros de virem se collocar sob as ordens clarins despertarem a nação e sendo-lhe desconhecidos esses chefes, é preciso que um sentimento nobre os conduza ás linhas de fogo, quando seu physico se negar a avançar.

E este sentimento, o amor da Patria, o orgulho de ser brasileiro, precisa ser

despertado pela bandeira, cujas côres, na nossa, mais que em qualquer outra, são a symbolisaçāo perfeita da nossa nacionalidade, e, não lembrando o regimen politico, é uma verdadeira bandeira nacional.

A victoria dependerá, pois, pelo menos nos primeiros encontros, do amor que a tropa votar á sua bandeira.

Muito acertadamente determina o Regulamento da Infantaria que a bandeira vá á linha de fogo com a ultima fracção do batalhão, como que para lembrar aos soldados que a Patria alli representada espera delles todo o sacrificio em sua defesa.

Tambem os regulamentos organisados com os nossos elementos, attendendo por isso ás nossas condições, consagram attenções especiaes para a bandeira, que é a soberana na tropa.

Resulta do que dissemos a necessidade que temos de, mais que qualquer outra nação, cultuar a bandeira.

O culto da bandeira deve ser, porém, permanente, não se limitar sómente ás continencias nos quarteis e demais ceremonias no seu dia.

Devemos todos olhar sempre para ella, onde quer que se a encontre com representação, com o mesmo ardor cívico com que a cortejamos ao passar desfraldada á frente da tropa e onde quer que se a esteja menoscabando devemos fazer sentir o nosso zelo por ella.

A's creanças de ambos os sexos devem ensinar a respeitar-a sempre e incutir no seu espirito as noções de devotamento pela bandeira.

Nenhuma outra bandeira exprime tão bem as aspirações de um povo e a sua harmonia com o paiz em que habita, e portanto, uma nacionalidade, como a nossa.

Explicada essa harmonia ás creanças nenhuma passará pela bandeira sem lhe dirigir os olhos, com a mesma attitude do crente ao ver passar o symbolo de sua religião.

Não é porém assim que se tem feito a educação da mocidade das nossas escolas e para prova citarei tres factos.

No proprio dia de sua festa, quando orgulhosos e ufanos, todos os brasileiros deviam vibrar ao verem subir garbosa a nossa bandeira para os topos dos mastros, nesse mesmo dia, em uma Escola Municipal, nesse tempo localizada junto ao Supremo Tribunal Federal, se fez a sua festa, porém a bandeira foi içada invertida!!!

E' crivel que nenhuma das pessoas presentes tivesse visto isto ?!

Poderiam ignorar qual a parte de cima de uma outra bandeira, mas, na nossa, onde o lemma é escripto!!!...

Pelo menos a professora devia saber lêr!!!...

Outra escola, e esta deixou a prova photographica n^o 1 Imparcial de 26, se me não engano, de novembro, installada no Jardim da Praça da Republica, formou um pequeno batalhão, entregando ao portabandeira que impa de entusiasmo, uma bandeira invertida!!!

Em dias de março a Escola Normal hasteou em funeral as quatro bandeiras da sua fachada, das quaes a do mastro correspondente á Secretaria, que fica por cima da entrada, permaneceu todo o tempo invertida!!!

Se não foram oito, foram pelo menos quatro, os dias em que todos os professores e alumnos, professoras das gerações por vir, passaram sob a bandeira invertida !

Nas repartições publicas e casas commerciaes é uma lastima o descaso com que se iça o Pavilhão Nacional e já tenho pedido para desinvertel-o em não poucas occasões, desde o Palacio Itamaraty, Telegraphos a inumeras casas commerciaes. As observações feitas deram em resultado poder se afirmar que havendo içadas varias bandeiras haverá pelo menos uma invertida.

Na Avenida Rio Branco já observei, em dia de festa nacional bandeiras invertidas no Pavilhão Internacional, Casa Colombo, em uma casa de bebidas na esquina da rua do Rosario e no edificio das Docas de Santos; ao todo quatro!!

E a Casa Colombo, que tem a fama de só admittir empregados brasileiros, é reincidente no caso, confirmado a lei por mim descoberta.

Infelizmente esse descaso e essa indifferença que nessas casas não se desculparam, porque elles não tem obrigaçāo de içar o pavilhão e içando-o devem fazel-o com respeito, já invadiu os quarteis onde os regulamentos determinam ceremonias especiaes para o hastear do Pavilhão e o seu culto deve ser religioso.

Em dois quarteis desta guarnição tive occasião de chamar a attenção para essa falta de respeito á bandeira e quem não fosse indiferente ao seu desfraldar garboso

e tivesse a attenção despertada para o embandeiramento do Quartel General do Exercito no dia em que se commemorava festivamente a nossa independencia, e que soltas ao vento, tomavam logar á frente das tropas e passavam lindas sob as vistas do Chefe do Estado e dos Generaes as bandeiras dos regimentos e batalhões, veria na cupula da esquerda do referido edificio o pavilhão nacional invertido!!

Nesse mesmo dia, em S. Christovão, saiu e entrou no seu quartel um regimento com seus dois esquadrões e não houve nesse quem reparasse estar invertida a bandeira tremulante no alto do frontão do seu quartel!!

Isto demonstra que se não hastêa o pavilhão com orgulho de ser filho do Brasil, cumpre-se um dever do officio e não se o olha com amor.

Não se limita a isto o desrespeito á bandeira; vae-se além, modifica-se a disposição de suas cores, de que são um exemplo as bandeiras que possue o Palacio Monroe e que estiveram ornando o Pavilhão da Borracha — o amarelo em um rectangulo central ladeado por dois rectangulos verdes iguaes.

A's forças armadas está entregue a guarda da nossa nacionalidade; a ellas competirá levar a nação á victoria.

Devem pois, os seus membros, olhar com mais amor para o nosso pavilhão e impedir que o profanem impunemente.

Rio de Janeiro — Junho de 1914.

Tenente *João Marcellino*.

Themes de tiro para a artilharia de campanha

SOLUÇÃO E CRÍTICA SEGUNDO O R. T. 1914.

I

Situação—Um destacamento composto de 1 esquadrão de cavalaria, 1 regimento de infantaria e 1 grupo de artilharia montada marcha em território patrio, direcção cidade S. G., em cujas proximidades pretende passar a ponte sobre o rio V. O commandante do destacamento e do regimento segue na testa do grosso da vanguarda; o do grupo junto a elle. Artilharia acha-se no grosso da columna.

A um kilometro da ponte recebe o commandante do destacamento a seguinte communicação enviada por uma das patrulhas da cavallaria: «Columna inimiga, 4 batalhões, 2 baterias, em marcha de *X* para *S G*, está a 6 kilometros da ponte sobre o rio *V.*»

Feito o calculo do tempo gasto pelo estafeta em trazer a communicação a seu destino, o commandante do destacamento verifica que as pontas das duas infantarias distam entre si cerca de 5 kilometros, e, reflectindo sobre a situação resolve transpor a ponte, fazendo préviamente a artilharia tomar posição para apoiar a passagem da infantaria. Em consequencia, dá conta da situação ao commandante do grupo. Este manda o sargento-ajudante levar ordem verbal aos commandantes de bateria, que marcham juntos na testa do grupo, acompanhados do respectivo pessoal auxiliar, para que a artilharia avance a trote passando pela esquerda da infantaria. Feito isto, parte a galope largo afim de reconhecer posição para seu grupo, acompanhado do ajudante e do estado menor.

Cerca de 300 metros aquem da ponte depara-se-lhe extensa collina com excellente posição dominante, cujo campo de tiro estende-se até 3500 metros alem da margem opposta do rio V. Escolhidos rapidamente seu observatorio e a posição do grupo, manda um sargento chamar e guiar os capitães ao lugar em que elle se acha e determina ao ajudante que conduza o grupo á posição.

Em quanto espera, faz os reconhecimentos e toma suas resoluções complementares. Poucos minutos depois apresentam-se juntos os 3 commandantes de bateria, que tiveram o cuidado de apear na baixada, deixando alli seu sequito (servente da luneta, telephonistas, signaleiros, ordenanças). O mais antigo participa a ordem de marcha das baterias: Ordem de marcha — 9^a, 7^a, 8^a.

Ordem do commandante de grupo
aos capitães:

«Destacamento inimigo, 4 batalhões, 2 baterias, em marcha de X. para S. G. O grupo tem a missão de apoiar a passagem de nossa infantaria por aquella ponte e vai tomar posição de vigilância a traz desta collina. Frente geral (indica)! Bateria testa á esquerda. Aquelle clarim que alli está marca a esquerda da bateria; desenfiamento do material. As outras á direita, se-

gundo a ordem de chegada, daquelle arbusto verde escuro para a direita, 40 a 50 passos de intervallo de uma a outra, desenfiamento dos clarões. Meu observatorio aqui; o da bateria esquerda ao alcance de minha voz; os das outras onde for mais conveniente, ligação telephonica commigo. A bateria centro faça apresentar-se-me um estafeta a pé e a direita um a cavallo. Ponto principal de orientação — aquella palmeira mais alta á margem direita da estrada que desce a collina em frente. Zonas de observação: bateria esquerda — da palmeira até $\frac{200}{100}$ á esquerda; bateria centro — da palmeira até $\frac{100}{1000}$ á direita; bateria direita de $\frac{100}{1000}$ á direita da palmeira até a extremidade da crista da collina. Distancia cerca 3000 metros. Abertura do fogo á minha ordem. Participação quando estiverem promptos».

As baterias tomaram posição e ficaram promptas. Decorridos alguns momentos aparece na zona de observação, approximando-se da crista, uma nuvem de pó que se estende de 50 até 100 millesimos á direita do ponto principal de orientação. O comandante da bateria centro participa ao grupo: «artilharia em accionamento $\frac{50}{1000}$ á direita do p. p. o!». O commandante do grupo observa rapidamente e repara o objectivo entre as duas baterias.

Vejamos o que fez a bateria centro cujo boletim de tiro é o seguinte:

Nº da peça	COMMANDO	Nº do tiro	Alça	Observações
III e	Sh. tp. ! Só a 2ª sec. ! Pontaria á luneta ! Direcção geral ! Derivas : 1ª peça 2,35; 2ª, 3,50; 3ª, 4 60; 4ª, 5,65! S. 200 ! C. 10 ! Alça 3000 !			
IV	Deriva menos 50 ! F. !	1 } 3000 }	? / n	
		2 } 3000 }	—	
	Alça 3400 ! F. !.....	3 } 3400 }	?	
		4 } 3400 }	?	
	Alça 3200 ! F. !.....	5 } 3200 }	+ / b	
		6 } 3200 }	+ / ?	
	Alça 3100 ! F. !.....	7 } 3100 }	- / b	
		8 } 3100 }	—	
I a	Toda a bateria ! C. 12 !	9 } 3050 }	1 —	
	Alça 3050 ! 1—grupo !	10 } 3050 }	(1 —) / (1 a)	
IV	Alça 3100 ! 1—grupo !	11 } 3100 }	— / (1 b)	
	Alça 3150 ! 1—grupo !	12 } 3150 }	— / (1 a, 1 b)	
		13 } 3150 }	— / (1 a)	
	Alça 3100 ! 2—grupos !	14 } 3100 }	1 ?	
	Gr. tp. ! Alça 3150 ! 1 — grupo !	15 } 3100 }	(2 +) / (1 a)	

Critica do tiro — A escolha do projétil foi acertada. Contra baterias aparrapido em accionamento promete o mais com vivacidade (45). (*) Essa é uma occasião em que ha grande movimento de parelhas e de homens inteiramente desguez romper o fogo, isto é, contra o pessoal indicado (45). O nosso commandante de bateria andou muito bem passando a atirar com gr. tp. depois dos tiros 21 a 28.

O tiro de regulação fez-se com uma secção de acordo com os ns. 51, 52, 53, 54, 57 e 59 do R. T.

Formou-se bem o garfo com 4 tiros duplos entre as alças 3.100 e 3.200.

Dissipada a nuvem de pó conseguiu o commandante da bateria ver a parte

superior dos escudos dos conhões inimigos, o que certamente muito lhe facilitou a observação de seus próprios tiros.

Foi bem escolhida a sec. de regulação, a da esquerda, por ficar mais longe da bateria direita que fazia simultaneamente o tiro de regulação.

O commandante do grupo poderia, para evitar perturbação, determinar que só uma das baterias formasse o garfo, o qual serviria depois para ambas. Se não fez isso é porque pretendeu obter efeito maior e mais rapido, aproveitando o momento desfavorável ao inimigo. Andou acertado também deixando calada a bateria cujo desenfiamento era apenas o do material e empregando só as duas que estavam desenfiadas aos clarões. Com isso não denunciou prematuramente a posição de seu grupo.

A regulação do tiro foi feita com rapidez. Dados previamente todos os elementos do tiro, quando surgiu o objectivo só teve de commandar uma deriva antes de romper o fogo.

Os tiros 3 e 4 não foram observados porque naturalmente, muito longos, perderam-se na baixada atrás do objectivo. Não se deve ter escrupulo de registrar como duvidosa uma observação da qual não se tenha plena certeza se o tiro foi curto ou longo; mas, neste caso a annotação teria sido melhor +/?, para ambos os tiros, pois que pela alça seguinte se vê que elles foram de facto, e com razão, considerados longos.

O tiro de efficacia foi bem feito, de acordo com os ns 76 a 78 do R. T. A primeira alça de efficacia, dos tiros 9 a 12, foi eliminada (82) porque a seguinte, maior de 50 metros deu ainda todos os arrebatamentos curtos (31). A terceira, dos tiros 17 a 20, também foi eliminada como des favoravel porque deu 2 tiros longos e 2 curtos, isto é, excessivo numero de arrebatamentos longos (31).

Ficou reconhecida como favoravel a intermediaria, dos tiros 13 a 16, segundo a penultima parte do n. 30, e como tal foi aproveitada nos tiros 21 a 28.

O commandante da bateria teria continuado a atirar unicamente com essa alça (84) se não devesse passar ao fogo com gr. tp. pelo motivo acima apontado.

(Continua)

Capitão Lima e Silva.

(*) Os numeros assim indicam os artigos do R. T.

Serviço de sapa em campanha para todas as armas

III

Passagem de cursos d'água

Execução

Pontes improvisadas — Escolha da situação

98. Favorecem o lançamento da ponte: faceis accessos à ponte, proximidade dos materiais de construção, trechos estreitos do rio ou divididos por ilhas, margens rasas e firmes, corrente moderada, leito firme e de forma regular, com pouca profundidade d'água para ponte de supports fixos, fundo favorável ao ancoramento para ponte de supports fluctuantes.

Classificação das pontes

99. Segundo a largura e a resistencia á carga distinguem-se: *Pinguelas* e *pontes-urgentes*, largura de 0^m.5 a 1^m, para homens a pé;

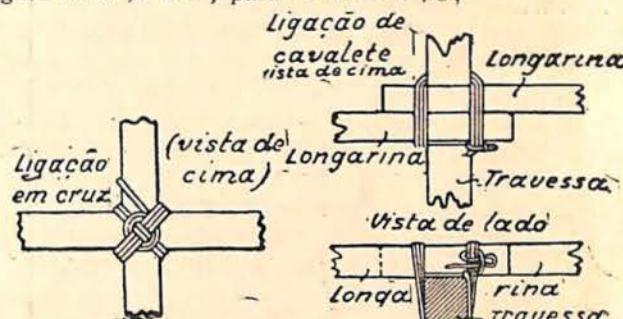


FIG. 21

FIG. 22

Pontes-rápidas, cerca de 2^m de largura, para infantaria por filas, cavaleiros a pé com o animal á mão, excepcionalmente viaturas de artilharia sem atrelagem (o armão separado do retrotrem), metralhadoras e mais viaturas leves (*)

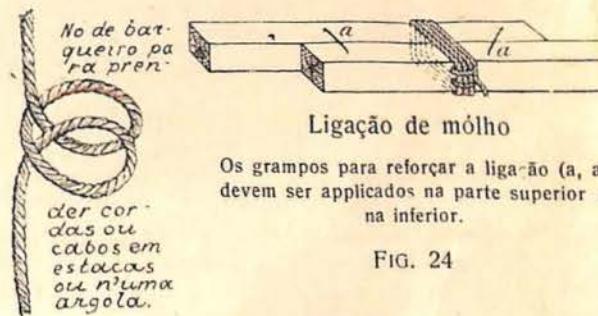
Pontes de columnas, cerca de 3^m de largura, para a passagem normal do exercito de campanha, excepto os morteiros de 21 cm. (**)

Pontes de columnas pesadas, para artilharia pesada de sitio, trens automoveis do exercito; resistem a qualquer ajuntamento de tropa.

Partes de uma ponte

100. Toda a ponte comprehende a superestrutura e os supports.

• A superestrutura, estrado ou taboleiro pertencem: as longarinas, o soalho ou leito (taboas em ultimo caso: varas, píos), os batentes, travessas que limitam as duas margens do trilho da ponte, fixam-se ao soalho e recebem o corrimão. (fig. 25)



Ligação de mólho

Os grampos para reforçar a ligação (a, a) devem ser applicados na parte superior e na inferior.

FIG. 24

FIG. 23

Como supports servem: as margens, obras de madeira (esteios, cavalletes, etc.) ou cascos de embarcações ou outros corpos fluctuantes.

Uma ponte é formada de um ou mais lanços. Cada lance é medido do meio d'um supporte ao meio do seguinte. O comprimento de um lance chama-se vão. (fig. 74).

Ligação das partes d'uma ponte

101. Emprega-se arame, cabos vegetais, fita de ferro, grampos e pregos. As ligações de

(*) A cavalaria pide com o seu material de pontes construir um ponte-rápida reforçada de 3 metros de largura (SS 166, 465).

(**) São construídas pelos Sapadores, segundo o regulamento de pontes improvisadas e de pioneiros.

arame não se affrouxam tão facilmente como as cordas; ambas pôdem ser arrochadas mettendo cunhas de madeira, depois da ligação feita.

Evita-se o escorregamento da ligação, prendendo-a com pregos (fig. 27).

Figs. 21 a 26 mostram as ligações mais usuais.

A fig. 25 mostra como se liga um batente à longarina externa.

Fixação de soalho

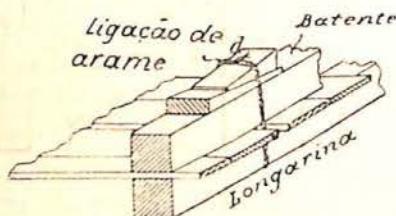


FIG. 25

Impede-se o escorregamento das vigas sobre seus suportes, pregando-lhes calços por baixo, ou pedaços de taboa lateralmente, de um e outro lado do suporte, ou mettendo gramos, cravos de trilhos, ou parafusos (figs. 26 a até 26 e). Assim se realiza tambem para as longarinas o conveniente travamento longitudinal.

Fig. 26 a até e. Fixação das vigas nos suportes.

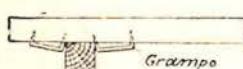


FIG. 26 e

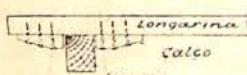


FIG. 26 a



FIG. 26 d

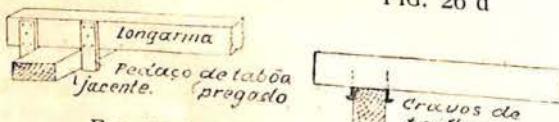


FIG. 26 b

FIG. 26 e

Para supportar travessas servem os calços, ou em ultimo caso os gramos (figs. 27 e 28).

Medidas preparatorias

102. Antes do lançamento da ponte é preciso conhecer: seu comprimento, a profundidade da agua, a natureza do leito (ancoramento), velocidade e direcção do eixo da corrente, trabalhos para os accessos á ponte, logares onde se encontram materiais de construção, utensílios e ferramentas, e como trazer-los.

103. O comprimento da ponte pode, em geral, ser medido por uma corda ou arame, que se nebarcações, em distâncias convenientes.

Só para uma ponte de supports fixos será preciso medir as profundidades d'agua (varas) e determinar a natureza do leito; se a ponte for de cavalletes será preciso fazer essas medidas nos pontos onde provavelmente virão a ficar as pernas dos cavalletes. Os supports fluctuantes

precisam d'uma tal profundidade d'agua que, com a sua carga não venham a tocar o fundo.

104. Materiais de construção, utensílios e ferramentas encontram-se nas habitações, povoações, estações de caminhos de ferro, edifícios em construção, carpintarias, serrarias, serralharias, officinas, casas de commercio de ferragens, etc.

Para suportes fluctuantes encontram-se recursos nos rios, estaleiros, fabricas de bebidas (barris, pipas, toneis).

As plantações ou mattas de coníferas fornecem bons esteios, vigas e varas. Madeira já servida, como caibros de telhado, taboas de assalto, portas só deverão servir em ultimo caso, e então sómente após um exame de resistencia.

Fig. 27 e 28. Fixação da travessa á perna do cavalete



FIG. 27

FIG. 28

Madeira carcomida ou com signaes de apodrecimento, ou apresentando entalhes, rebaixos de emendas, buracos e fendas, não deve ser empregada.

Para experimentar a resistencia em caso duvidoso preparam-se em terra alguns supports baixos, sobre os quaes se colloca essa madeira; é preciso que ella supporte o numero de homens marcado na segunda columnia da tabella do n. 127, conforme o vão, que se procurará na column 1; tratando-se de pingüéla bastará a metade dessa resistencia.

Divisão do serviço de construção e do pessoal

105. Baseado nas medidas preparatorias procede-se á designação: da situação exacta da ponte, dos seus vãos (§ 100), do numero, especie e dimensões dos supports, da especie de ancoramento dos supports fluctuantes, da especie da superstructura, do numero das longarinas, da situação das officinas para a preparação da ponte, do preparo dos accessos da ponte; procede-se tambem á divisão do pessoal para: condução dos materiais de construção e das ferramentas para as officinas, construção dos supports, preparo da superstructura (vigas, taboas, etc.), pre-

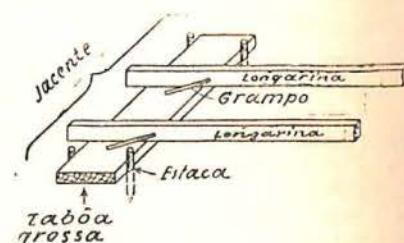


FIG. 29

paro dos accessos da ponte, locação dos supports, idem das vigas e taboas da superstructura, fixação do soalho e do corrimão.

Havendo pouco pessoal, cada turma executará diversos serviços desses.

106. Para as pontes-rápidas de grande extensão convém preparar um esboço da ponte, contendo as divisões acima. É importante que se Pinguela sobre carros ou armões.

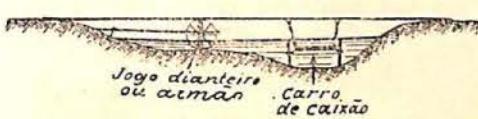


FIG. 30

avalie com precisão o tempo necessário para o estabelecimento das pontes improvisadas.

EXECUÇÃO DA CONSTRUCÇÃO

Construcção de pinguélas e pontes-urgentes Supportes fixos

107. O primeiro suporte e o ultimo (jacentes) são constituídos pelas margens (apoio para as longarinas). Para uma pinguela basta ahí colocar uma taboa como dormente para as longarinas (fig. 29). Deve-se fazer o possível por vencer com um só vão os corregos estreitos; se a

Cavallete de taboas para pinguélas.

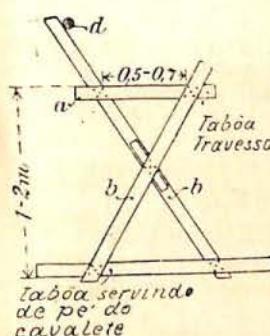


FIG. 31

- a Travessa (viga, vara, taboa),
- b Perna (vara, taboa),
- c Pé (sarrafo ou taboa)
- d Vara de corrimão
- e Escovas (contra a oscilação transversal).

Cavallete de varas para ponte rápidas e pinguélas.

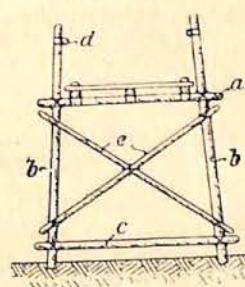


FIG. 32

pinguela então apresentar grande flexão, pode-se reforçá-la com um suporte segundo as indicações das figs. 34 e 67.

108. Também podem servir para suportes: viaturas ou armões (fig. 30), cavalletes (figs. 31 e 32), vigas enfincadas simples ou conjugadas, estacadas (figs. 33 e 34), caixões fortes, moveis, barricas ou pilhas de vigas como mostram as figs. 35 e 36 (especialmente quando o solo não é firme).

Fincamento de estacadas e armação de cavalletes, vide §§ 119, 123 e 124.

Para as pernas das estacadas e dos cavalletes bem como para as suas travessas, tratando-se de pinguélas, bastam vigas de 10 cm. de esquadria ou de diâmetro, qualquer que seja o vão e a altura dos suportes (medida do leito do rio à face inferior da travessa que recebe a superestrutura).

109. O numero dos suportes, portanto dos vãos, depende principalmente do comprimento e esquadria das vigas disponíveis para as longarinas. (112).

Supportes fluctuantes

110. Botes, canôas, cahiques, prestam-se ao emprego immediato; basta que para tornar possível a ligação se appliquem pregos fortes, ou grampos ou sarrafos de madeira (figs. 37, 59 e 74).

Barris e tonneis prestam-se bem quando a correnteza não é muito forte. As figs. 38 e 39 Estacada. Só para pinguélas.

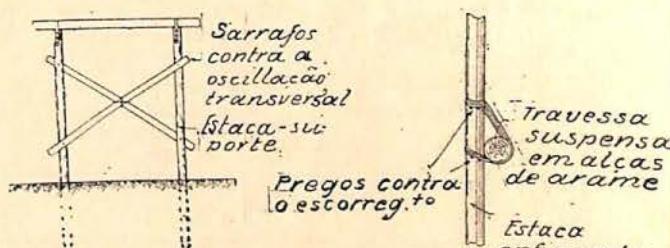


FIG. 33

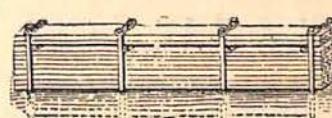
FIG. 34

mostram o seu emprego. Em lugar de tonneis podem empregar-se saccos ou barracas impermeáveis (153) ou pequenos caixões envoltos em barracas (fig. 46).

Em agua de corrente fraca tem-se rapidamente uma pinguela empregando troncos como mostra a fig. 40.

111. Nas pontes curtas procede-se ao ancoramento dos suportes fluctuantes na margem, empregando cordas ou arame (fig. 41). Como ancoras servem arados, caixões ou barricas etc. cheios de pedras, pedaços de ferro e estacas fin-

FIG. 35



Vista lateral da Fig. 35 com longarina

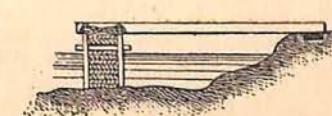


FIG. 36

cadas se a agua não for profunda; também se pode utilizar um cabo estendido, acima d'água, d'uma á outra margem (fig. 42).

Superstructura

112. Para cada vão bastam, em geral, duas longarinas postas ao alto.

VÃO em m.	d ou h 	em cm.	
3		9	
4		10	
5		10	
6		11	

Se as vigas disponíveis forem mais fracas do que a tabella exige, ou aumenta-se o numero de longarinas para 3 ou 4, ou então conjugam-se as vigas em feixes bem ligados com arame.

Em ultimo caso podem servir escadas, lanças de viaturas ou taboas ligadas a pregos. As longarinas tem que ser fixadas sobre os suportes (dormentes, travessas, bordas de embarca-

cações) (figs. 26 a até 26 e); nos supports fluctuantes basta fazer a sua amarração com arame ou corda.

113. O soalho pôde ser de taboas, portas de janellas, portas estreitas, rachões e varas grossas, em ultimo caso gravetos fortes.

As taboas devem ser collocadas como mostra a fig. 43; onde os topes se encontram, prega-se por cima, parallelamente á travessa, uma taboa fina.

Fixação das longarinas em barcos.

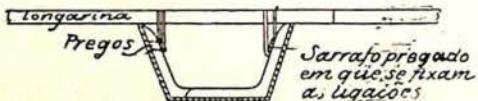
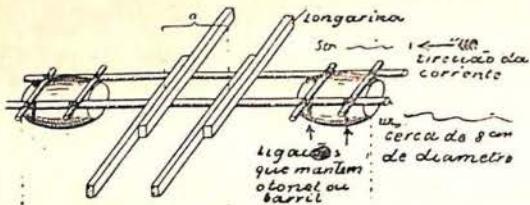


FIG. 37

Os rachões, as varas grossas e os gravetos fortes dispõem-se transversalmente e são fixados ou a prego ou mediante dois sarrasos ou varas compridas fixadas ao longo das suas extremidades. Havendo suficientes longarinas pode-se collocá-las juxtaposta, o que dispensa soalho.

Supporte de jangada de toneis.



*< Nas pinguélas e pontes rápidas >
esta largura é pelo menos $4 \times$ a do trilho a*

FIG. 38

114. As pinguélas da mais leve construção possível, que podem ser transportadas a braço e facilmente lançadas pela superfície da agua, dá-se o nome de *pontes-urgentes*. Ellas comprehendem os fluctuadores, as suas ligações transversaes (na fig. 46 p. ex., uma taboa) e o estrado. Os flu-

Pinguélia sobre toneis.

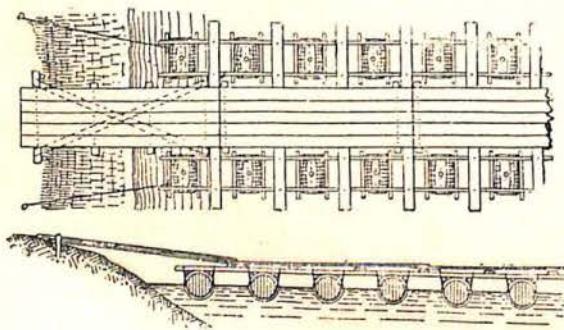


FIG. 39

ctuadores podem ser: pequenos barris (fig. 44), trouxas duplas de barracas (§ 153 e fig. 45), vasos estanques de folha de ferro, caixas envoltas em barracas (fig. 46), toldas de viaturas, (§ 156) em ultimo caso palhas tubulares compridas (tabúa) (§ 156).

Para as ligações transversaes servem: taboas (fig. 46), varas (fig. 45) e escadas curtas.

O soalho é formado de taboas, ou varas aconchegadas, ou escadas revestidas de taboinhos; é conveniente construir um ligeiro corrimão (fig. 44).

Caso a ponte urgente de construção interíra seja mal maneável, então pode-se transportar

Pinguélia sobre troncos.

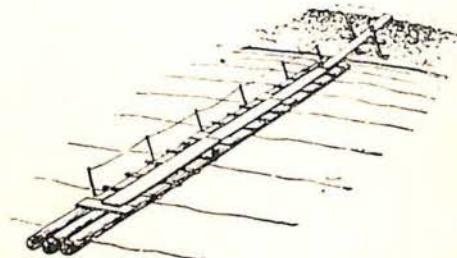


FIG. 40

tal-a por partes (lanços, fig. 45) que só se ligam *in loco*, ou construirl-a com articulações que permittam o transporte da ponte interíra em terreno irregular e facilitem o seu lançamento (fig. 44, 46).

E' da maxima importancia a ligação segura dos lanços da pinguélia. Para o lançamento é

Ancoramento d'uma pinguélia em um cabo esticado.

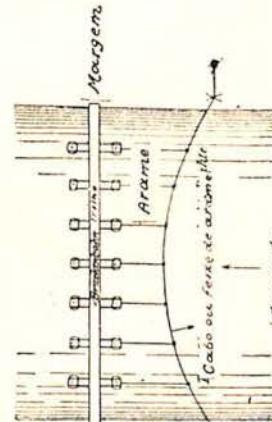


FIG. 41

Ancoramento na margem.

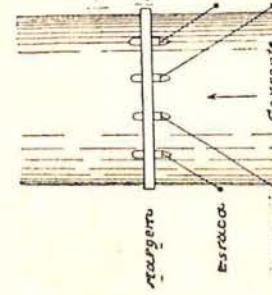
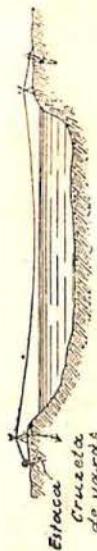


FIG. 42

Corte vertical da Fig. 42. O cabo esticado.

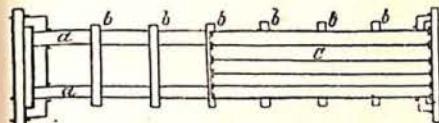


preciso que um ou dois homens vão sentados no primeiro lanço (ás vezes tambem em alguns dos seguintes), os quaes remando com varas ou pás dão a direcção á ponte. O serviço torna-se mais facil si houver nadadores peritos que ganhem a

outra margem e de lá puxem a ponte por meio de cordas.

Encalhados os primeiros fluctuadores na margem opposta prende-se o lanço da ponte por

Soalho de taboas ao comprido.



a Longarina
b Travessa
c Soalho

FIG. 43

meio de cordas e estabelece-se sua ligação com a terra por meio de taboas. O melhor é que essas taboas de aterrarr façam sistema, articuladas, com o primeiro lanço da ponte.

Ponte rápida sobre pequenos barris.

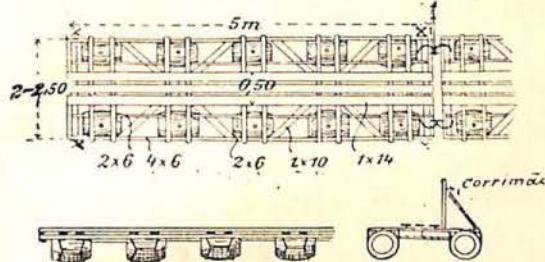


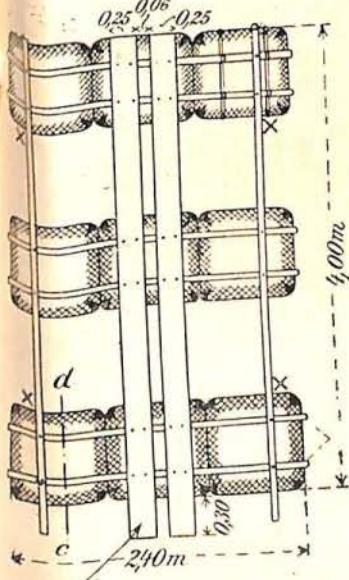
FIG. 44

2×6 significa 2 cm. de espessura e 6 cm. de largura,

de ponte-rápida sobre mólhos duplos de pannos de barraca. (grande capacidade de carga)

Os mólhos devem ser fixados nas varas transversais como está indicado na figura, em cima à direita. Pode-se porém empregar 2 pares de varas, como mostra o corte c d. Fig. 45

Corte c d. Fig. 45



Estas extremidades salientes das taboas devem ficar sobre o lanço seguinte, ligando-se então firmemente os dois lances como na fig. 44 ou 46.

Ponte rápida de caixões envoltos em pannos de barracas.

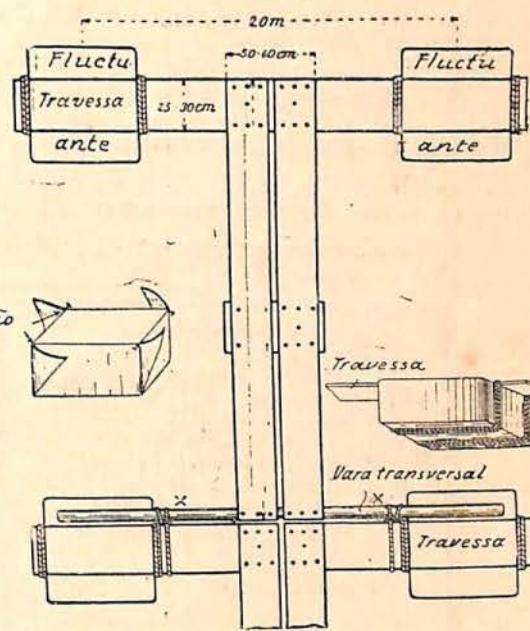


FIG. 46

Como fluctuantes empregam-se caixões de $60 \times 60 \times 40$ cm. órios caixotes que juntos dêem esse volume. Antes de ligar os caixões é preciso envolvê-los em 2 pannos de barraca, com mólhos duplos.

A firmeza dessas pontes pode ser consideravelmente aumentada desde que nos pontos marcados com uma X nas figs. 44, 45 e 46, depois do lançamento se finquem estacas preparadas (fig. 45 a) onde se amarrem os lances da ponte, ou amarrando ás ligações transversaes dos lances contiguos compridas varas de um e outro lado do soalho.

Construcção das pontes rápidas — Supportes fixos

115. Os supportes em terra devem ser de construcção mais forte que nas pinguelas. As longarinas assentam sobre um dormente-marginal (jacente) e são ligadas por uma travessa de topo (encontro) (fig. 47).

Supporte em terra de uma ponte rápida.

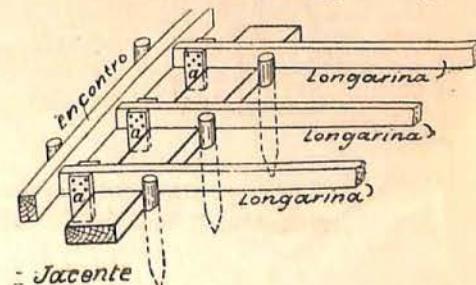


FIG. 47

a Pedaços de taboa pregados, impedem o deslocamento longitudinal das longarinas.

116. As estacadas são os supports mais seguros; devem empregar-se sempre que o fundo

admitta o fincamento de estacas e se possa obter ou preparar o material necessario ao bate-estacas. Para pontes rapidas empregam-se geralmente duas estacas para cada suporte (fig. 35); tres se o terreno fôr fruxo.

117. As dimensões d ou h  h para

as estacas ou pernas de cavaletes são:

Para qualquer vão, até 2^m de altura (*). . . 8 cm.
Para qualquer vão, até 4^m de altura . . . 10 cm.

118. Dimensões para as travessas de estacas e de cavaletes:

VÃO em m.	ARMAÇÕES	
	De 2 estacas ou cavaletes	De 3 estacas
	d ou h  h em cm.	
3	17	12
4	18	13
5	19	14
6	20	14

Obtendo vigas de secção quadrada (altura h = largura b) o valor de h poderá ser diminuido de 1/7 sobre o que dá essa tabella.

Caso se empreguem em lugar d'uma travessa interiore, duas juxtapostas ou superpostas cada

Fixação de duas travessas sobre uma estaca.

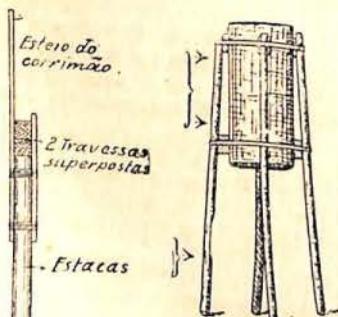


Fig. 48



Fig. 49

uma delas poderá ter as dimensões reduzidas de 1/5 sobre o que dá a tabella. Fixação das travessas fig. 48.

Fixação de travessas simples, fig. 33.

119. As varas e estacas são fincadas por meio de grandes maços, malhos ou bate-estacas de mão; estes podem ser preparados com tóros de madeira resistente, como mostram as figs. 49

50. As estacas que se pretenda fincar devem ser afinadas na ponta, em uma extensão igual ao dobro da sua grossura.

Para o serviço de cravar as estacas os homens que o fazem collocam-se sobre armações (de caixas, barricas, etc.), carros, armões, ou pinguélas ou sobre barcos isolados ou conjugados (fig. 51).

As estacas d'uma estacada devem ser fincadas com firmeza igual. Uma estaca estará sufficientemente cravada quando em 15 batidas fortes não mais penetrar visivelmente.

Estrado para o serviço de bate-estacas.

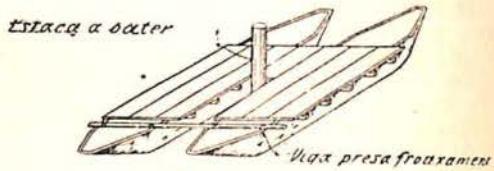


FIG. 51

120. O emprego dos cavaletes só não causa grandes dificuldades e perda de tempo quando o leito do rio fôr livre e plano, a profundidade e correnteza mediocre. E' preciso antes da construcção dos cavaletes determinar com cuidado o comprimento que devem ter as pernas (§ 103).

Klinger Continúa.

Novos regulamentos. O Grande Estado Maior vem de dotar o Exercito com mais quatro trabalhos officiaes: o Regulamento de Tiro para a Artilharia de Campanha; as Instruções para Esgrima de Bayoneta; as Instruções para Signaleiras; e uma Topographia Elementar, lições organisadas pela 1^a Secção, para servirem de norma ao ensino d'esta matéria nas Escolas Regimentaes do 3^º grão.

E' com satisfação que saudamos o apparecimento d'esses novos trabalhos do organ supremo de preparação e commando de nossas forças de terra. Vae assim o Gr. E. M., lenta, mas seguramente, dotando o Exercito dos guias officiaes por onde se deve cingir a tropa no combate e nos serviços.

E' apenas de lamentar que os regulamentos e outros trabalhos officiaes do Gr. E. M. continuem a ser distribuidos gratuitamente, sistema que não consulta os interesses nacionaes, nem os do Exercito, nem os dos proprios officiaes. A proposito do Regulamento de Gymnastica escreviamos em nosso n. 4.

«O processo adoptado, de certo tempo a esta parte, pelo Gr. E. M., apesar de traduzir um aperfeiçoamento, não satisfaz todavia ás necessidades que a instrucção intensiva da tropa dia a dia impõe.

Tirando uma edição de quatro a cinco mil exemplares e distribuindo-os pelos officiaes arregimentados nos corpos, é verdade que se provê, momentaneamente, os que tem a responsabilidade da instrucção na tropa. Mas ficam impossibilitados de se aprofundarem mais no estudo dos regulamentos — como é aliás para desejar — todos os sargentos, que são nas companhias (es-

(*) Medido do leito do rio até a travessa.

quadrões e baterias) os naturaes auxiliares dos instructores. Mesmo os officiaes que venham para a tropa após a distribuição do regulamento, lutam já com difficultades para a sua obtenção e assim se vão elles accumulando á medida que o tempo se escoa e mais fica para traz a data da edição. De modo que os aspirantes e officiaes recompromovidos ao primeiro posto chegarão muitas vezes á contingencia de aguardarem uma nova edição para obter um regulamento.

E quantos conhecem outras garnições que não esta, tem por experiença propria a convicção de como se torna ás vezes uma aspiração, um desejo de satisfação problematica, a conquista dos regulamentos por onde se tem de instruir a tropa.

Ora, tudo isso ficaria sanado se, a exemplo de outros povos menos ricos do que nós, puzessemos os regulamentos á venda em todas as garnições, por preços moderados.

Esses palavras não perderam ainda sua actualidade.

Leitão.

O raid Biarritz-Paris

Em Março do corrente anno realizou-se essa importante prova, organisada no exercito francez para officiaes de complemento (reserva e exercito territorial).

A *Revue de Cavallerie*, no numero de fevereiro, tratando da organisação dessa prova disse: «Ella comporta 1000 kilometros, dos quaes os 394 ultimos poderão ser percorridos em andadura livre. Nesta sorte de provas, o escólio é quasi sempre a congestão do rim, pela qual se manifesta o excesso de fadiga dos cavallos; no decurso da prova de 1913, o general Louvat, presidente da comissão de organisação, aconselhava aos concurrentes o uso do leite para facilitar ao rim seu bom funcionamento. Os officiaes que aproveitaram esse conselho só tiveram que se felicitar por isso.

A prova teve lugar de 11 a 22 de Março sendo a comissão de organisação presidida pelo citado general Louvat, commandante da 2ª Brigada de Couraceiros. O percurso de 1000 kilometros, mais ou menos, foi dividido em 4 sectores:

1º Biarritz — Pau, 116 kilometros, dois dias, 12 e 13 de março — itinerario facultativo.

2º Pau — Toulouse, 140 kilometros, dois dias, 13 e 14 de março — itinerario facultativo.

3º Toulouse—Limoges, 302 kilometros, 4 dias, 15, 16, 17 e 18 de Março; itinerario: Montauban, Cahors, Brive.

4º Limoges — Vincennes, 394 kilometros, a partir do dia 19; velocidade livre; itinerario: Chateaume, Vierzon, Orléans, Étampes.

Nos tres primeiros sectores, não se levava em conta a velocidade; a unica condição imposta era de se apresentar ao *controle* de chegada antes da hora fixada pela comissão de organisação; o percurso de Limoges a Vincennes, pelo itinerario estabelecido, era com velocidade livre desde o momento em que a partida fosse dada em Limoges; a chegada a Vincennes estava marcada, no quartel do 23º de dragões.

O uniforme era culotte, tunica, kepi, sella do uniforme e espada.

Com o fim de evitar a *surmenage* e os acidentes, comissões compostas de um official superior e um veterinario foram distribuidas no percurso, com a missão de examinar os cavallos, tomar-lhes a temperatura e fazer parar durante todo o tempo que julgassem necessário os officiaes cujos cavallos apresentassem symptomas de fadiga.

Os cavallos que, depois do exame da comissão de Biarritz não fossem julgados capazes de effectuar a prova, regressariam á custa dos officiaes seus proprietarios.

Era formalmente prohibido aos concurrentes fazerem-se acompanhar, no percurso, por pessoas em carro, automovel, bicycletta, etc.; os officiaes que se servissem de criados ou pajafreneiros deverião marcar-lhes ao longo do percurso os pontos em que se encontrariam.

A classificação seria estabelecida do modo seguinte: 100 pontos ao primeiro que chegasse a Vincennes; aos seguintes, um ponto menos por 5 minutos ou fracção de 5 minutos de atraso sobre o primeiro. Além disso os concurrentes que não chegasssem aos *controles* de Pau, Toulouse e Limoges nas horas indicadas sofrerão uma pena de um ponto por 10 minutos de atraso ou fracção de 10 minutos.

Uma nota de 0 a 100 pontos seria dada a cada cavallo segundo seu estado na chegada a Vincennes.

A classificação resultaria dessas diversas notas e penas.

O raid reunio 110 inscripções; alguns concurrentes porem faltaram ou foram recusados, de sorte que 67 officiaes partiram de Biarritz a 11 de Março; o tempo não lhes foi favoravel e elles tiveram de sofrer todas as intempéries, vento, chuva, neve e frio; além disso, parte do 2º sector e o 3º eram difficéis, por atravessarem contrafortes dos Pyreneus e montes do Limousin.

Todos os concurrentes chegaram a Pau muito antes de encerrar-se o *controle* (dia 12 ás 14 horas).

Em Toulouse contava-se 9 faltas, e a Limoges chegaram 50 concurrentes, tendo effectuado um percurso de 630 kilometros em oito dias.

Ahi a comissão de *controle* eliminou cinco concurrentes, restando, portanto 45; desses apresentaram-se 40 ao *controle* de Vincennes no prazo marcado.

O primeiro que chegou foi o capitão Bertereche de Menditte, do serviço de remonta, o qual se apresentou ao *controle* no dia 21 ás 8 horas e 55 minutos, tendo percorrido 400 kilometros em 48 horas e 25 minutos!

O capitão Menditte conformou-se estrictamente, durante toda a duração do trajecto ao horario que elle se tinha traçado; montava um anglo-arabe de modelo elegante, por Prison e Hervie, o qual chegou a Vincennes em excellentes condições.

Com toda a razão, a *Revue de Cavallerie*, de onde extrahimos estas notas, diz que se deve felicitar os 40 concurrentes que chegaram a Vincennes, os quaes deram prova de cnergia excepcional.

A Sociedade hypica franceza conferiu recompensas aos concurrentes que chegaram com seus animaes em melhor estado, em cada uma das especies representadas, a saber: puro-sangue, anglo-arabe e meio sangue.

Leitão.

Ensino da avaliação de distância

ANNEXOS

Annexo 1

§§ 32, 57 e 75

Modelo para livro de registro de avaliação de distâncias, julgada pela porcentagem dos erros

Data: 2/7/14

Nome.....

1 Número de ordem	2 OBJECTIVOS	3 Distância avaliada	4 Distância verdadeira	5 Erro de avaliação	6 Porcentagem dos erros
1	Linha de atiradores..	850	920	- 70	- 8
2	Dois infantes atirando	250	320	- 70	- 22
3	Um cavalleiro em movimento, visto de lado.....	650	600	+ 50	+ 8
4	Duas metralhadoras..	750	690	+ 60	+ 9
5	Duas peças fazendo fogo.....	1200	1000	+ 200	+ 20
6	Facha de terreno em sentido obliquio..	300	250	+ 50	+ 20
Somma dos erros para menos.....		- 140			
Somma dos erros para mais.....		+ 360			
Somma total.....		500			
Média		83,3			

Observações

1. Escrevendo-se em todas as paginas o nome do dono do livro, evita-se que, depois de calculada a porcentagem dos erros, se tenha de ir procurá-lo na capa.

2. Com os objectivos 1 e 2 põe-se em evidencia que o mesmo erro de avaliação produz nas pequenas distâncias, porcentagem muito maior que nas grandes. Portanto, quem avalia bem nas pequenas distâncias obtém melhor classificação, quando devia ser justamente o contrario.

3. A porcentagem dos erros nos objectivos 5 e 6, apesar de iguais, provêm de erros de avaliações muito diversas. Vê-se assim, que um erro tão grande na distan-

cia de 1000 m. é estimado no mesmo valor que outro quatro vezes menor, no objectivo 6. D'ahi claramente se conclue que o cálculo pela porcentagem dos erros corresponde pouco às condições reais. Vide § 75.

4. Os numeros das columnas 5 e 6 juntamente com as *somas dos erros* deixam ver com facilidade se as avaliações foram feitas longas de mais ou curtas de mais, isso quer se trate de resultados separados, quer de médias.

Registrando os algarismos da *soma dos erros* e as médias das porcentagens dos erros, numa tabella como a que segue e collocando-a na ultima pagina do livro do avaliador, pode-se verificar em qualquer momento como elle avalia as distâncias e se tem a tendência a avaliar muito longo ou muito curto.

Tabella synoptica

Para a ultima pagina do livro de registro de avaliações

1 Data	2 Somma dos erros de avaliação		3 Média da porcentagem dos erros
	PARA MAIS	PARA MENOS	
4—7—14	+ 360	- 140	14,5

Annexo 2

§ 75

Observações á tabella

para cálculo da porcentagem dos erros

Destino da tabella — Por meio da tabella seguinte determinam-se rapidamente as porcentagens dos erros commettidos nas avaliações.

EMPREGO

1º — Distância verdadeira 250 metros, distância avaliada 300 metros, erro de avaliação 50 metros.

Procura-se na serie de numeros do alto da tabella o numero 250 (distância verdadeira), depois, na columna da extrema direita ou esquerda, o numero 50 (erro de avaliação); no cruzamento dessas duas series achamos o numero 20, que indica a porcentagem do erro sobre a avaliação.

2º — Distância verdadeira 1280 metros, distância avaliada 950 metros, erro de avaliação 330 metros.

Para a metade da distância verdadeira,

avaliação

Os numeros, escritos acima da diagonal representam a classificação como avaliador; os debaixo da diagonal, a porcentagem dos erros (média da soma dos erros).

Observação: 1. Os numeros relativos ás cinco melhores avaliações escrevem-se á tinta verde; os das cinco seguintes, a vermelha; os outros á preta.
2. Deve-se fazer uma tabella synoptica semelhante, para os officiaes e sargentos.

ou 640 m. um erro de 330 m, dá 52 %; portanto, para toda a distancia, 26 %.

3 — Distancia verdadeira 1250 metros, distancia avaliada 970 metros, erro de avaliação 280 metros.

Para a distancia verdadeira 1250 e um erro de 250 m., temos 20 %; mais um erro de 30 m. dá 2 %. Para a somma dos dois erros temos 22 %.

4 — Distancia verdadeira 500 metros, distancia avaliada 1050 metros, erro de avaliação 550 metros.

Para a distancia de 500 m., um erro de 500 m., dá 100 %; mais um erro de 50 m. ou 10 %; a somma de ambos os erros dá 110 %.

Annexo 3

§ 76

Modelo para livro de registro de avaliação de distancias, julgada pela média da somma dos erros

Data: 6/7/14

Nome.

1 Número de ordem	2 OBJECTIVOS	3 Distancia avaliada	4 Distancia verda- deira	5 Erros de avaliação
1	Linha de atiradores....	850	920	- 70
2	Dois infantes atirando..	250	320	- 70
3	Um cavalleiro em movi- mento, visto de lado.	650	600	+ 50
4	Duas metralhaforas....	750	690	+ 60
5	Duas peças atirando....	1200	1000	+ 200
6	Zona em direcção obliqua	300	250	+ 50
Somma dos erros para menos.....				- 140
Somma dos erros para mais.....				+ 360
Somma total.....				500
Média da somma dos erros.....				83,3

Observação

Convém collocar na ultima pagina do livro uma tabella synoptica, como a indicada no Annexo 1.

E. Leitão de Carvalho.

Iº Tenente

Uma explicação.

De bom grado aqui congnamos que a um de nossos redactores dirigiu o [sr. 1º tenente Dunc competente instructor de esgrima na Escola Militar uma carta em que explica as razões por uma turma de alumnos, sob sua direcção, e biu-se no anno passado em esgrima de bayonet por um regulamento derogado, conforme affirmos no n. 11.

Sem entrar nos detalhes dessa explicação, que não pretende destruir o facto que nós arguido, não hesitamos em assegurar que zemos elevado juizo da competencia do nosso prezado camarada, que se tem sempre subordinado ao regulamento — a não ser naquelle geiro eclipse.

Deixamos de nos referir a outras explicações que tambem recebemos, por não terem relação directa com a referencia do editorial do n. 10 ou com a nota que sobre o assumpto publicamos no n. 11.

Klinger.

EXPEDIENTE

Recebemos:

O Shrapnell Granada, do Sr. capitão engenheiro José Felix da Cunha Menezes.

Relatorio da viagem á Europa do Sr. coronel Alexandre H. V. Leal.

Mappa do theatro da guerra européia, da prensa Naval.

Idem da Alemanha, idem do theatro de operações na Belgica, N. e NE. da França, da Imp. sa Militar do Gr. E. M.

Guerra contra o Paraguay, Operações da quadra, do sr. major Liberato Bittencourt.

Discurso do Snr. deputado Dr. Calogeras, nunciado a 18-14, a propósito da fixação de casas de terra e derrocando um projecto de demolido da nação.

Muito agradecidos por essas gentis ofertas.



O Militär Wochenblatt nº. 101 de 30-6-14 transcreveu do Urwaldsbote de Blumenau, S. Catharina, na integra a traducção do editorial nosso n. 8, sob o titulo: É o exercito france é o alemão o que deve servir de modelo ao sileiro?



Com este numero distribuimos o quarto fasciculo do Griepenkerl e um indice das matérias Anno I da A Defesa Nacional.

